

IX Encontro
Nacional da
*Memória da
Justiça do
Trabalho*



TRT-9ª REGIÃO
Paraná

IX Encontro
Nacional da
*Memória da
Justiça do
Trabalho*



Tribunal Regional do
Trabalho da 9ª Região

— Paraná —

Desembargador Cassio Colombo Filho
Desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu
Neide Francisca de Oliveira Spindola

(Organizadores)



Detalhe externo do prédio do
Centro de Memória do TRT da 9ª Região

Foto: Inara Vidal Passos



Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho
(9.: 2018 : Curitiba, PR). Inovação e Tecnologia na Gestão
da Memória Institucional: uma reflexão necessária. Anais do
IX Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho.
Curitiba: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, 2018.
130p.

Bibliografia.

1. Justiça do Trabalho - Brasil - História. Colombo Filho,
Cassio. Sugimatsu, Marlene Teresinha Fuverki. Spindola,
Neide Francisca de Oliveira

CDU -

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição na Web e outros), sem permissão expressa.

memorial@trt9.jus.br

Instagram: @trt9_pr

PRESIDENTE

Desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos

VICE-PRESIDENTE

Célio Horst Waldruff

CORREGEDOR REGIONAL

Nair Maria Lunardelli Ramos

ORGANIZADOR E CURADOR DO EVENTO

Desembargador Cassio Colombo Filho

ORGANIZADORA E COLABORADORA DO EVENTO

Desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu

ORGANIZADORA E EXECUÇÃO DO EVENTO

Neide Francisca de Oliveira Spindola

PESQUISA, REDAÇÃO E EDIÇÃO

Carla Concepcion Zanella Kantek e Andréia Baltazar Dias (Divisão de Gestão Documental, Arquivo e Memória e Seção de Memória)

PROJETO GRÁFICO E DESIGN DA CAPA

Joel Alexandre Gogola (Assessoria de Comunicação)

CATALOGAÇÃO DA FONTE

Sonia Regina Locatelli (Núcleo de Biblioteca)



Sumário

Agradecimentos	8
Apresentação	10
Programação Oficial do IX Encontro	11
Solenidade de Abertura	14
<i>Palavra da Presidente do TRT da 9ª Região</i>	14
Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão (representando a Presidente da Corte - Desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu)	
<i>Palavra da Presidente do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho - Memojutra</i>	16
Juíza Denise Marsico do Couto, 4ª Vara do Trabalho de Vitória-ES	
<i>Palavra do Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TRT9 e Diretor da Escola Judicial da 9ª Região</i>	18
Desembargador Cassio Colombo Filho	
<i>Conferência de abertura “Pessoas felizes trabalham melhor”</i>	21
Fernando Salazar Bañol	
Palestra e visita ao Museu Oscar Niemeyer	33
<i>Palestra “Expografia das exposições Ásia e Luz - Matéria”</i>	33
Gabriela Bettega (Arquiteta e Cenógrafa) e Richard Romanini (Estudos em Cenografia, história do cinema e vídeo)	
<i>Visita à exposição “Ásia: A Terra, os Homens, os Deuses”</i>	45
<i>Visita à exposição “Luz - Matéria”</i>	45
<i>Visita técnica ao Arquivo Central do TRT 9ª Região</i>	46

Painel Temático I - Repositórios de Arquivo Digital no Poder Judiciário	48
<i>Palestra 1: “Estratégias e Tecnologias na Gestão de Documentos Digitais para a Preservação da Memória”</i>	48
Neide De Sordi	
<i>Palestra 2: “Desenvolvimento da Ferramenta da Memória Digital no Processo Judicial Eletrônico (PJe)”</i>	63
Denise Marsico do Couto e Aluysio Gomes Simões	
Painel Temático II - Pesquisa e Arquivos	79
<i>Palestra 3: “O papel do Documento para a Memória no Séc. XXI: as Humanidades e sua Transformação Digital”</i>	79
Ricardo Medeiros Pimenta	
<i>Palestra 4: “O Tempo e a Norma: os Usos do Fundo de Arquivo do Conselho Nacional do Trabalho para a Reconstrução Histórica e Jurídica da Justiça do Trabalho”</i>	95
Rafael Lamera Giesta Cabral	
Boas Práticas e SIABI	105
<i>“SIABI”</i>	105
Marlon Saraiva Maia da Silva	
<i>“Memorial interativo no TRT24”</i>	108
Cláudia Torquato Scorsafava Farias (servidora) e Ana Carola F. A. de Siqueira (representante da empresa AQUA)	
<i>“Rádio WEB 14: a Voz da Cidadania no TRT14”</i>	114
Raimunda Brito Pedraça (servidora)	
<i>“Cinema com Sabor e CEMEJ Itinerante no TRT11”</i>	117
Deusa Costa (servidora)	
II Prêmio Memojutra - Edição 2018	129
Carta de Curitiba	131
Anexos	133

Agradecimentos

“

Tenho aprendido que as melhores e mais proveitosas aventuras de nossa vida ocorrem de modo surpreendente, quando a elas nos dirigimos com o coração aberto e sem maiores expectativas, preparados apenas com a mente aberta e firmeza de propósitos.

Este foi o acontecido em minha vida com a “gestão documental” e “preservação da memória”, cuja surpresa do contato com matéria tão preciosa trouxe-me significativo avanço cultural e o prazer de lidar com temas de máxima relevância histórica e cultural. Por estas e outras coisas tenho muito a agradecer.

Agradeço em primeiro lugar ao bom Deus que até aqui nos guardou e permitiu a preciosidade de contato com os registros da história e revelação de nosso passado, para auxílio na escolha dos caminhos do futuro.

Agradeço imensamente às Administrações do TRT9 a partir da gestão do Presidente Ney José de Freitas, que me honraram com a designação para a direção da gestão documental.

Agradeço com alegria às minhas pacientes iniciadoras no ofício - Regina Lucia Motta Carvalho e Neide Spíndola, que muito me auxiliaram nos primeiros estudos e contatos com os temas da gestão documental e memória, e principalmente à última que foi o grande esteio do desenvolvimento e organização do Setor de Gestão Documental, posteriormente Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD, tornando o TRT-PR um dos modelos para toda a Justiça Nacional.

Agradeço a todos os servidores dos setores da CPAD e Acervo Histórico pelo trabalho denodado, auxílio prestativo e fiel, pelo zelo com que

desenvolveram suas atividades, senso de dever e responsabilidade, principalmente na organização das atividades do **IX Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho**, sediado nesta terra das araucárias.

E que mesmo com a seca, vendavais e tormentas que o setor de “memória” enfrenta, as sementes do trabalho deste colóquio possam germinar e dar frutos para garantir no futuro a nossa verdadeira identidade plantada no passado.

Curitiba, abril de 2022.

Cássia Colomba Filha

Desembargador do TRT da 9ª Região
Diretor da Escola Judicial

Apresentação



A memória, paradoxalmente, é a dimensão mais presente na vida das pessoas e no cotidiano das organizações. Mesmo os que não a valorizam, por ela são definidos. Para compreender uma instituição, é imprescindível conhecer sua história, pois o passado não é algo que deixou de existir, mas sim o tempo que se moveu e criou o presente. Sem respeito à memória, portanto, não há respeito ao que nos tornamos e ao que desejamos vir a ser.

Na edição deste documento, saldamos uma dívida com o processo de documentação da memória do Poder Judiciário e reafirmamos seu papel central no compromisso que nos move, o da prestação jurisdicional. Afinal, esse serviço diário, porém solene de perceber, no âmago dos conflitos, o que é justo, depende do legado intelectual, moral, ético e político de milhares de magistrados e político de milhares de magistrados, servidores da Justiça, advogados, promotores, procuradores, juristas, filósofos do Direito e, principalmente, cidadãos. É sobre essa memória que construímos nossas sentenças, audiências e conciliações. Ao preservá-la e reverenciá-la, estamos aplicando energia e recursos em algo vital para a Justiça.

Para guardar esse patrimônio, olhamos para as pessoas que o formaram. O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná é resultado das emoções, expectativas, sentimentos, palavras, atitudes, relações e escolhas das pessoas que por ele passaram. Acolhendo e preservando sua memória, salvaguardamos a essência e a razão de ser da Justiça do Trabalho.

Ana Carolina Zaina

Presidente do TRT da 9ª Região
Gestão 2021-2023

Programação do Evento

Tema: “Inovação e Tecnologia na Gestão da Memória Institucional: uma reflexão necessária”

Dia 26 de setembro de 2018 (quarta-feira)

Plenário Pedro Ribeiro Tavares - Al. Doutor Carlos de Carvalho, 528, Centro

HORA	EVENTO
17h	<p>ABERTURA DO IX MEMOJUTRA</p> <p>Palavra da Presidente do TRT 9ª Região</p> <p>Palavra da Presidente do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho (Juíza da 4ª VT de Vitória/ES)</p> <p>Palavra do Desembargador Diretor da Escola Judicial e Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TRT9ª Região</p>
17h30	APRESENTAÇÃO CULTURAL
18h	<p>CONFERÊNCIA DE ABERTURA</p> <p>“Pessoas felizes trabalham melhor” - Fernando Salazar Bañol Escritor, consultor, coaching social e conferencista internacional, com apresentações em mais de 100 cidades latino-americanas e europeias</p>
20h	COQUETEL E ABERTURA DE EXPOSIÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA

Dia 27 de setembro de 2018 (quinta-feira)

Auditório da Escola Judicial - Av. Vicente Machado, 147, Centro

HORA	EVENTO
8h30	Entrega de material
9h	REUNIÃO DO MEMOJUTRA

10h30	<i>Coffe break</i>
10h45	Continuação da reunião
12h	Intervalo para almoço
14h	<p>VISITA TÉCNICA À EXPOSIÇÃO ÁSIA E LUZ - MATÉRIA NO MON E PALESTRA NO SEU MINI AUDITÓRIO</p> <p>Gabriela Bettega - arquiteta e cenógrafa, com trabalhos de expografia na Itália e projetos expográficos e cenográficos para o MON.</p> <p>Richard Romanini - Estudos em cenografia, história do cinema e vídeo na Accademia di Belle Arti di Brera, em Milão, com trabalhos em vídeo para MTV e All Music na Itália.</p>
16h30	<i>Coffe break</i>
16h50	VISITA TÉCNICA AO ARQUIVO CENTRAL DO TRT9

Dia 28 de setembro de 2018 (sexta-feira)

Auditório da Escola Judicial - Av. Vicente Machado, 147, Centro

HORA	EVENTO
9h	<p>PAINEL TEMÁTICO I</p> <p>Repositórios de arquivo digital no Poder Judiciário</p> <p>Palestra 1: “Estratégias e tecnologias na gestão de documentos digitais para a preservação da Memória”</p> <p>Neide De Sordi - Mestre em Documentação e Biblioteca</p>
9h	<p>Palestra 2: “Desenvolvimento da Ferramenta da Memória Digital no PJe”</p> <p>Juíza Denise Marsico do Couto (TRT-17) - Presidente do Memojutra e servidor Aluysio Gomes Simões (TRT-17)</p>
10h30	<i>Coffee break</i>

<p>10h45</p>	<p align="center">PAINEL TEMÁTICO II Pesquisa e Arquivos</p> <p>Palestra 3: “O papel do documento para a memória no séc.XXI: As humanidades e sua transformação digital”</p> <p>Ricardo Medeiros Pimenta - Doutor em Memória Social. Mestre em Memória Social e Documento.</p>
<p>10h45</p>	<p>Palestra 4: “O tempo e a norma: os usos do Fundo de Arquivo do Conselho Nacional do Trabalho para a reconstrução histórica e jurídica da Justiça do Trabalho”</p> <p>Rafael Lamera Giesta Cabral - Doutor em Direito, Estado e Constituição. Mestre em Ciência Política.</p>
<p>12h</p>	<p align="center">Intervalo para almoço</p>
<p>14h</p>	<p align="center">APRESENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS E SIABI</p>
<p>16h</p>	<p align="center"><i>Coffee break</i></p>
<p>16h15</p>	<p align="center">SOLENIIDADE DE OUTORGA DO PRÊMIO MEMOJUTRA</p> <p align="center">Lançamento dos Anais do VIII Encontro Nacional da Memória da Justiça Do Trabalho - 2016 Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, Campo Grande/MS</p>
<p>17h</p>	<p align="center">PLENÁRIA FINAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Considerações do Memojutra • Aprovação da Carta de Curitiba / Resoluções do IX Encontro Nacional • Escolha do TRT anfitrião do X Encontro Nacional
<p>18h</p>	<p align="center">ENCERRAMENTO DO IX ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO</p>



Solenidade de Abertura

Discurso de Abertura Proferido pela Representante da Presidência do TRT da 9ª Região, Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão.

“

Sua excelência, a Presidente deste Egrégio TRT da 9ª Região, delegou-me a honrosa incumbência, na abertura do IX Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho e a reunião do Fórum Nacional em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho - Memojutra, de lhes dar as boas vindas, compartilhando deste momento significativo com os integrantes deste Fórum, que acontece a cada 2 anos, envolvendo discussões de temas atuais relacionados à Gestão Documental, Arquivo e Memória, bem como a reunião do Memojutra, para eleição da Administração do Fórum.

Saúdo o Desembargador Cassio Colombo Filho, nosso dileto Diretor da Escola Judicial. Também saúdo a Juíza Denise Marsico do Couto, Presidente do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho e o Procurador Gláucio Araújo de Oliveira, Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho no Paraná. Também, gostaria de saudar pessoas que revejo neste momento, depois de muito tempo, como nossa querida Desembargadora Leiria, com quem atuo no Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estimulo à Aprendizagem. Gostaria de saudar, honrada, a Presidente do TRT da 4ª Região, Desembargadora Vânia Cunha Mattos. Também saúdo, com elevada honra, o nosso conferencista Fernando Salazar Bañol.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Como se sabe, fundado em 2006, ao final do II Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho, o Memojutra foi criado com o objetivo de acompanhar, orientar e avaliar a política de preservação e tratamento adequado dos acervos dos Tribunais do Trabalho, contribuindo para a preservação documental e museológica, bem como para Gestão Documental. O Memojutra funciona como uma rede articulada de magistrados e servidores que atuam em defesa da Memória da Justiça do Trabalho, tendo atuação científica, educacional e cultural, sendo composta por membros efetivos, fundadores ou não, representantes dos Centros de Memória, Gestão Documental, Arquivos e pelas Comissões Permanentes de Avaliação Documental.

Conclamaría então, a todos que aqui se encontram, a aperfeiçoar a prestação jurisdicional e administrativa da Justiça do Trabalho com a utilização dos acervos judiciais, como tem de ser feito na construção de sua identidade e sua história, para podermos dizer como Saramago, que “fisicamente habitamos num espaço, mas sentimentalmente somos habitados por uma memória”.

Reitero as boas-vindas!

Rosemarie Diedrichs Pimpão

Desembargadora do TRT da 9ª Região
Representando a Presidência da Corte

Discurso da Juíza Presidente do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho, Denise Marsico do Couto.



Boa tarde! Primeiramente saúdo a todos e agradeço às autoridades presentes na pessoa do Desembargador Cassio Colombo Filho, Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e Diretor do Conselho Administrativo da Escola Judicial, e aos nossos anfitriões, pela recepção que nos foi conferida. Cumprimentando também a todos os servidores presentes, na pessoa da Senhora Neide Francisca de Oliveira Spindola, da Gestão Documental, Arquivo e Memória, bem como demais presentes que viabilizaram a realização de tão grandioso evento. É com grande satisfação que iniciamos o IX Encontro Nacional de Memória da Justiça do Trabalho e reunião do Memojutra no TRT da 9ª Região. Lembramos que em outubro de 2013 estivemos nesta casa com o Seminário de Gestão Documental, Memória e Ensino Jurídico. E é muito bom voltar a esta Casa!

Insta ressaltar o compromisso do Memojutra para facilitação do acesso aberto, público e gratuito aos acervos sob custódia do judiciário trabalhista e também para construção de uma história conjunta entre TST e Tribunais, onde os esforços compartilhados trarão segurança e preservação para nossos documentos, sejam eles físicos ou digitais.

No presente encontro será eleita nova Diretoria Executiva e Fiscal do Fórum, para o biênio 2019-2020, que terá a responsabilidade de debater e orientar a gestão, preservação e acesso pleno dos acervos históricos para os próximos anos.

A programação do evento está pautada na documentação digital e na gestão documental, temas frequentes em nossos encontros

nacionais. Ratificamos que o acervo da Justiça do Trabalho é de valor incalculável, fonte viva de informação para pesquisa histórica e garantia de direitos individuais e coletivos.

Certamente, compartilharemos ótimas experiências e pluralizar nosso conhecimento. Particularmente entendo que os trabalhos realizados nestes eventos proporcionam avanços grandiosos e a relação com o grupo é de fundamental importância para perpetuação da Memória em nossos Tribunais.

É preciso convívio e a troca de experiências para alcançar isso, a partir daí, nascem os registros, sejam eles em quaisquer suportes. Seguem os documentos. Os documentos são grandes mensageiros do tempo.

Gostaria de terminar minha fala com o desejo de sucesso nessa nossa empreitada.

Muito obrigada!

Denise Marsica de Couto

Juíza Presidente do Memojutra

Discurso do Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TRT9 e Diretor da Escola Judicial, Desembargador Cássio Colombo Filho.



Meu cordial boa tarde a todos. Gostaria, em primeiro lugar, de desejar que se sintam muito bem-vindos e acolhidos no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná!

Saúdo as autoridades presentes na pessoa da representante da presidência, a ex-presidente desta Casa, Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão. A Desembargadora Rosemarie tem um histórico relacionado com a nossa Gestão Documental. O evento em 2013, que foi mencionado pela Juíza Denise, ocorreu quando ela era nossa então presidente. Naquela época eu estava ainda começando na CPAD, pois iniciei na gestão anterior, lembro que era um incendiário, todos aqui conhecem a história.

Gostaria de fazer uma especial saudação à Juíza Denise, nossa presidente do Memojutra, que está findando sua gestão e possui um trabalho árduo de anos a fio, também em prol da Memória, da Gestão Documental e cuja iniciativa tem que ser louvada.

Quero fazer também uma especial saudação ao representante do Ministério Público do Trabalho, Procurador-Chefe Gláucio Araújo de Oliveira, com quem o Tribunal possui uma relação profícua, a quem reputo um dos maiores especialistas em trabalho portuário no país, com larga experiência também com o trabalho de transportadores, sempre engajado, aproveito para parabenizá-lo e também, mais uma vez, dar-lhe as boas-vindas.

Saúdo também os colegas, estou muito honrado com a presença de colegas Desembargadores e Juizes de 1º grau, os saúdo na pessoa

da Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Desembargadora Vânia Cunha Mattos, que muito nos honra. Estamos muito felizes com a participação de cada um dos juízes e magistrados aqui presentes. E gostaria também de fazer uma especial saudação aos servidores que são nossa hélice, aquilo que dá impulso, que faz o movimento, cujo trabalho reconheço muito, pois são extremamente qualificados. No meu gabinete tenho 11 servidores, na Escola Judicial 12, na Gestão Documental, Arquivos e Memória cerca de 20, pessoas qualificadíssimas e denotadas, submetidas a um concurso muito difícil. Ouve-se falar mal do funcionalismo, mas o que vejo no meu trabalho não é isso, pelo contrário. São exemplos, são baluartes.

Gostaria de fazer uma especial saudação inclusive para minha equipe, na pessoa da servidora Neide Spindola, e ainda aproveito para esclarecer que o evento foi preparado com muito carinho e denodo.

Tenho me preocupado muito ultimamente com *mindfulness*, técnica de atenção plena, acredito que possa auxiliar na qualidade de vida das pessoas. Por isso, durante esta conferência, vocês irão conhecer Fernando Salazar Bañol, um grande estudioso do tema, que vai nos falar sobre a melhora da qualidade do trabalho, que tem sido inclusive um dos eixos aos quais me dedico na Escola Judicial, na educação dos juízes.

Os senhores estão conhecendo a sede do Tribunal, esta é a sala de sessões do Tribunal Pleno, antigo salão de baile do clube alemão desta cidade. Contam que no tempo da guerra havia reunião de nazistas, enfim, ambiente repleto de histórias, belíssimo e primoroso, tanto que este casarão é tombado pelo patrimônio histórico. Na parte moderna do edifício temos a Administração do Tribunal (Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria) e os gabinetes, o meu é no 7º andar, o disponibilizo aos colegas, sintam-se em casa!

Temos nesta região mais dois prédios, um deles os senhores irão conhecer amanhã, onde funciona a parte administrativa, lá os

senhores irão passar pela nova Biblioteca, bastante revolucionária e inovadora, que na minha administração passou a ser vinculada à EJ. Trata-se de um plano secreto de meu coração que consegui realizar, com o apoio da Presidente do Tribunal. No outro prédio se encontram as Varas do Trabalho e alguns setores de administração, principalmente unidades da conciliação.

Amanhã, pela manhã, nosso encontro será na Vicente Machado, 147, onde teremos a reunião do Memojutra. Após o intervalo para almoço, haverá traslado para continuar nossa atividade num dos lugares mais bonitos de Curitiba, no Museu Oscar Niemayer, o famoso “museu do olho”. Após a palestra e a visita, iremos para outro prédio, onde funciona o nosso arquivo central (temos arquivos regionais no Estado, para descentralização) onde teremos uma breve fala e retornaremos. À noite será oferecido aos senhores um jantar no bairro gastronômico de Santa Felicidade. E na sexta-feira continuaremos no prédio onde está localizada a Escola Judicial, onde ocorrerão painéis temáticos, com palestras pela manhã e, no período da tarde, apresentação de boas práticas, solenidade de encerramento e entrega do prêmio Memojutra.

Trabalhamos muito para proporcionar aos senhores um evento profícuo e agradável, e de antemão peço desculpas por eventualmente algum contratempo. Contudo, se identificarem algum problema, não hesitem em conversar conosco, que iremos auxiliá-los.

Reitero as boas vindas, e aproveito para afirmar que a estada de vocês foi muito desejada e ansiosamente esperada, desejo que também seja proveitosa. Muito obrigado!

Cássia Colomba Filha

Desembargador do TRT da 9ª Região
Diretor da Escola Judicial

Conferência de abertura, com Fernando Salazar Bañol¹.

Pessoas felizes trabalham melhor

O segredo para a valorização da identidade e da memória: o poder está nas pessoas

“

Boa noite! Em primeiro lugar gostaria de lhes falar que me sinto muito honrado em estar num evento como este. Rendo minhas homenagens ao Desembargador Cassio Colombo Filho; meu reconhecimento pela presença maravilhosa, dos dignos juízes, desembargadores, servidores que nos honram com sua presença neste momento que marca história. Bem como a este Brasil maravilhoso, que está representado por todos os presentes, porque aqui estou, em um momento tão importante da história, como um estrangeiro que o povo brasileiro abriu suas portas e deu oportunidade de trabalho, povo este que possui grande capacidade de acolher os estrangeiros, de formar parte de sua história com imigrantes, muitos dos quais fugiram de guerras na Europa e outras regiões do mundo.

O Desembargador Cassio é um pioneiro aqui no Brasil, considero-o assim pelo fomento ao uso da técnica *mindfulness* (atenção

¹Escritor, consultor, coaching social e conferencista internacional, com apresentações em mais de 100 cidades latino-americanas e europeias, investigador e pesquisador de culturas ancestrais, autor de 10 livros, embaixador para América Latina da LBV (Legião da Boa Vontade).

plena) no Judiciário. Solicitaram que eu customizasse esta palestra para trabalhar paralelamente com os temas Memórias e *Mindfulness*.

Na abertura deste grande evento os senhores já vivenciaram parte das técnicas do *mindfulness*, simplesmente ao realizar um *feedback* com a tomada de consciência. Primeiramente a música, através destes extraordinários acordes, notas e interpretações da música tradicional do Brasil, houve mobilização de três importantes aspectos relacionados aos objetivos do *mindfulness*. Com a música, foi sincronizado o ritmo cerebral, o ritmo cardíaco e o ritmo respiratório, em virtude do relaxamento e distensionamento, atenuando as tensões causadas pelo alto grau de estresse que todos os presentes são submetidos pelo ônus do poder, pela representação que cada um dos senhores e senhoras possuem em seus correspondentes cargos e responsabilidades.

Nosso sistema nervoso autônomo fica sincronizado automaticamente através da música, ao que chamamos de relaxamento psicoacústico, muito utilizado em hospitais. Sobre a técnica, há estudos em diversas universidades, onde se trabalha com a música no combate ao estresse sobre a atividade nervosa, seja ante uma situação real ou imaginária de perigo. Ressalto que, na maioria das vezes, é resultado do imaginário.

Desta maneira, estamos sendo levados à atenção plena, com o primeiro elemento prático atingido, porque todo nosso distinto público está mais receptivo, mais distencionado, e esse é um objetivo do *mindfulness*, pois permaneceremos com a atividade nervosa em equilíbrio perante um desafio, um compromisso, uma situação de perigo. Como diz o Dr. Higache, amigo meu de uma clínica de Londrina: O estresse mata! Por isso devemos sempre procurar por sistemas e técnicas alternativas para qualidade de vida, o que se busca implementar, cada vez mais, no ambiente de gestão pública.

O segundo elemento trata do empoderamento. Não vou me ater às teorias, porque há grande quantidade de informação na internet. O grande desafio que tenho será deixar uma semente de reflexão no desenvolvimento do tema Memória, através do *mindfulness*, que significa atenção plena, livre de tensão.

Vamos ao próximo passo. O Desembargador Cassio anunciou que amanhã acontecerá um jantar em Santa Felicidade, onde todos poderão praticar a técnica da atenção plena ao degustarem os pratos lá servidos. Ocorre como quando vamos a um restaurante francês, onde apreciamos com calma as porções pequenas e de valor elevado, ou quando participamos de um desafio gourmet onde se estimula a capacidade de degustar e sentir o aroma. Outro exemplo seria a degustação de um bom vinho. Por isso o sucesso dos vinhos e das cervejas artesanais, porque as pessoas vêm preparadas para degustar e não somente para ‘engolir’. A grande diferença é aprender a aproveitar cada instante de nossa vida, usufruir desta oportunidade. É um desafio que estimula nossa capacidade de sentir e não pode ser percebido pela teoria.

Através do *mindfulness*, precisamos “voltar a sentir através de nossos sentidos”, pois ao percorrer os diferentes ambientes por onde passamos iremos acessar nossas memórias. Reflita sobre o que sentimos ao nos aproximar de cada uma destas cores, o que sentimos ao tocar esta madeira, o que sentimos quando entramos no *foyer* deste plenário, na sala de exposições da memória deste Tribunal ao ver escritaninhas antigas, ao tocá-las. Cada vez mais estamos perdendo esta sensibilidade e nosso grande diferencial com os androides é justamente nossa capacidade sinestésica.

Imbuídos desta atenção plena, agora passemos para o resgate da memória e da identidade.

A vida é simples e maravilhosa, mas nos deixamos levar por imagens de campos de memória que afetam nossa verdade, nossa essên-

cia, que sempre esteve e está à nossa disposição a todo o momento. Os mecanismos da memória estão diretamente relacionados com nossa respiração. Estudos sobre superaprendizagem apontam a respiração como a base principal para ativarmos nossas memórias, por isso convido a todos para que inspiremos profundamente. Cada vez que inspiro o ar, fico inspirado para criar o novo e, ao expirar, libero as cargas do meu passado, que me condicionam e me limitam. Além disso, o respirar nos leva a tomarmos consciência de nossa identidade, da nossa existência. Podemos praticar esta técnica de *mindfulness* quando estamos trabalhando, dirigindo ou caminhando. O exército americano implementou essa prática.

Através da respiração podemos controlar sentimentos de ira, tristeza, ansiedade, depressão. Ressalto que quando uma pessoa está depressiva, até a postura do corpo fica fechada, como que escondida. Observem que ao soltar nossos ombros tomamos consciência de toda nossa leitura corporal, de modo que, com esta técnica muito simples, podemos nos tornar cada vez mais produtivos.

Outro aspecto a ser abordado é a confiança em nossos dons, sem recriar nossas incapacidades momentâneas. Acreditar no poder interior e pessoal, isso faz diferença! As pesquisas de Bert Hellinger, psicoterapeuta alemão, idealizador das Constelações familiares, também chamado de posicionamento (em qual momento estou posicionado em minha história familiar) apontam para a confiança nesta capacidade que nos foi legada por nossos ancestrais. Ainda sobre o assunto, saliento que durante as atividades da mesa de honra, pude observar a presença do poder feminino, o poder interior da hierarquia da linha matriarcal, que representa prosperidade e abundância, bem como observei a linha dos relacionamentos, aqui representada pelas autoridades masculinas, que nos impulsiona, motiva, nos leva para frente. Ainda sobre isso, destaco um dos objetos que está em exposição na Sala da Memória: um capacete de *Shogun*. A palavra *Shogun* remete à autoridade máxima na época

do Japão Feudal e invoca as culturas japonesa e chinesa, a figura de Confúcio e Lao Tsé, onde se cultua muito o respeito a hierarquias e à honra aos antepassados, sem evidenciar seus defeitos e os erros.

Tudo faz parte da memória e história individual de cada um. Todavia, o poder pessoal é que faz a diferença. Pergunto como os senhores e senhoras, cada um em suas áreas, estão estabelecendo essa diferença e construindo um Brasil melhor? Lembro que não existe país perfeito, assim como não há indivíduos perfeitos, mas como está sendo esta construção?

Trazer e difundir inovações, pensar grande, estar motivado e buscar aperfeiçoamento constante são atitudes que levam a bons resultados, mesmo em épocas de crise, pois o poder está nas pessoas! Mais uma vez a respiração, elemento do *mindfulness*, é estudada pela Heurística, que significa o poder de resolver os problemas empregando decisões não racionais. E hoje um dos principais empecilhos para que não tenhamos clareza ao solucionar problemas e desafios, tanto profissionais quanto pessoais, é por não possuímos tempo para pensar! Estamos cada vez mais preocupados com a momentaneidade aparente. No *mindfulness*, resgata-se o sentimento de estar aqui e agora, simplesmente neste momento, neste tempo. Com a respiração podemos atingir nosso núcleo supra-quiasmático (localizado no hipotálamo, responsável pelo ajuste do corpo-ambiente), que corresponde ao quiasma óptico, nada menos que a capacidade alterar o estado temporal de cada um de nós. Por isso, quando estamos estressados, o tempo parece que passa devagar, fica longo, comprido e, quando estamos felizes, o tempo passa rápido, mas cronologicamente é igual. Essa sensação pode ser trabalhada através da respiração.

Disso decorre a importância da técnica do *mindfulness*, para que essa criatividade, esse momento de clareza de ideia encontrado dentro de cada um dos profissionais representantes dos diversos

Estados do amado Brasil, possa servir de ferramenta necessária para uma maior produtividade, efetividade, eficiência em seus compromissos profissionais e, assim, conduzam o Brasil a um estágio cada vez melhor.

Reconhecer nossa importância enquanto representantes de gestão documental e da preservação da memória perante a instituição é tarefa árdua, mas não impossível. Neste momento iremos comentar algo que será marcante, estou seguro, porque este evento é histórico, este encontro, como os anteriores e os futuros.

Tive a oportunidade de conhecer o Dr. Rubens, uma das máximas autoridades aqui no Brasil em nanotecnologia e mecânica quântica, em Brasília, e lhe pedi para me explicar o que seria física quântica, da forma mais simples possível, ao que me respondeu: -"Fernando, será que estamos aqui, no passado? Não se preocupe Fernando, mas de repente estamos no futuro, no espaço-tempo. Seria como se fala aqui no Brasil, uma palavra de origem francesa, um *déjà vu*. Mas tampouco se preocupe, o importante é que nos encontramos aqui neste presente". E neste momento, os senhores e senhoras, autoridades de altíssima patente que representam um universo jurídico trabalhista do Brasil, participarão deste Encontro e irão gerar o que se chama de efeito borboleta ou dominó. Assim, quando voltarem às suas diferentes cidades irão gerar efeito dominó, por pura física quântica, gerando ondas de expansão que produzirão modificações. Nós nunca continuamos iguais, sempre nos modificamos; contudo, é importante guardar nossas memórias.

É importante aceitar o nosso passado para seguirmos o presente. Poder viver com os pés no chão, com aceitação do nosso passado, de nossos ancestrais e de toda nossa história, nos deixa livres para viver o aqui e agora (*mindfulness*). Isso só pertence à nossa consciência.

Observa-se justamente isto nos trabalhos de posicionamento familiar (Constelação). Por exemplo, problemas de pessoas que sofrem com obesidade, sua história vem desde a época dos imigrantes que passaram fome nos navios. Estas memórias permanecem nas células, nas moléculas de nossa anatomia, na memória genética, que irá levar a um comportamento onde se faz necessário preencher este espaço, esta história, este momento passado de nossos ancestrais.

A memória do passado está presente em nós. Contudo, cada um de nós responde a este passado conforme a sua consciência, pois podemos sim modificar nosso futuro. Neste aqui e agora (*mindfulness*) podemos libertar a nós próprios, nossos filhos, nossa descendência para que não sofram igual ao que sofremos, pelas memórias, pelas cargas emocionais, pela responsabilidade que carregamos, pela história que passaram nossos antepassados. Não devemos julgá-los, devemos falar: “pai ou mãe, eu agradeço pela vida que você me deu. Não posso julgar, eu sou a continuidade, mas eu posso modificar a minha vida!”

Campo existencial. Sabemos, comprovadamente pelas pesquisas da física quântica, que todos os campos emitem energia e trazem informações que interagem com nosso campo existencial. Da mesma maneira, através de pensamentos e ações levamos para outras pessoas informações que podem mudar comportamentos.

O tempo que vamos sofrer ou deixar de sofrer depende da nossa escolha. Vou dar um exemplo que aconteceu na Argentina, ao realizar um trabalho de posicionamentos das memórias de um amigo que perdeu o filho em um assalto. Quando passavam em uma favela em Córdoba, o filho foi alvejado por um tiro e caiu no colo do pai. O sofrimento desse pai persistia porque a memória de seu filho era lembrada de uma forma diferente, só no momento do sofrimento, da morte. Nesse caso, ao realizar o posicionamento no campo existencial, trabalhou-se através das noções espaço e tempo: -”Não foque

na morte, pai; foque na vida, porque eu não estou morto, mas vivo através de tuas células, da minha mãe, da minha irmã”. Com esta atitude simples e prática pode haver modificação.

Harvard, um pouco antes de suas pesquisas sobre felicidade, também deu este mesmo conselho: o de lembrar-se dos momentos felizes, neste caso, com o filho. Harvard chama isso de Efeito Tetris, ou seja, não devemos nos direcionar para notícias ruins, para situações ruins. Só falamos do ruim do Brasil, ruim do mundo... E as coisas boas? Esse evento, por exemplo, é algo bom, assim como todo o esforço que os senhores fizeram para conquistar seus cargos e chegarem aqui. Isso deveria ser mais mostrado pela mídia, pois existem coisas boas, o lado bom do Brasil. Não existe simplesmente o lado ruim. Sobre isso indico a referência ao final da apostila “A felicidade em Harvard”. Em sendo assim, depende de nós quanto tempo queremos ficar sofrendo, podem ser muitos anos, podem ser segundos, mas podemos modificar isso individualmente em nosso ser.

Lembranças e aprendizado. Trazemos uma memória de histórias passadas e de quem nos antecedeu (ancestrais). Isso nos induz não apenas a determinadas atitudes, mas também para algumas tendências que podem desenvolver doenças.

Aqui entramos em uma parte eminentemente prática. Um dos três passos do *mindfulness* refere-se ao campo aberto, onde se decide abrir sua mente, sua consciência.

Nestes dias do Encontro deve-se simplesmente tomar consciência da sua importância no processo para alcançar do objetivo do Memojutra, qual seja, seu posicionamento histórico, sua identidade. E quão importantes são as senhoras e os senhores em todo este momento histórico do evento! Como comentou o Desembargador Cassio, há críticas aos servidores públicos, mas não se conhece o outro lado, não se divulga na mídia a parte boa.

Lembro que, certa vez, palestrava na Câmara de Vereadores de Barracão, no Paraná, localizado na fronteira com Argentina, e um casal da alfândega da Argentina me perguntou: “- Fernando, por que o mal tem tanta força?” Ao que respondi: “- Porque o bem está ausente!” Desse modo, todos os senhores e senhoras, que representam o bem do Brasil e da Justiça Trabalhista, devem acreditar totalmente que somos bons e temos todas as potencialidades. Precisam tomar consciência de quais são seus principais talentos, qualidades, atitudes e, assim, iremos descobrir, com alegria, que temos muitas coisas boas, que temos valores. Não estou aqui me referindo a uma utopia. É certo que o lado ruim existe, mas o que interessa é o lado bom. A psicologia positiva de Harvard deve chegar aos nossos lares, às empresas, aos órgãos de Governo.

Memória Coletiva. Segundo o famoso biólogo e cientista Rupert Sheldrake, os campos mórficos são estruturas que se estendem no espaço-tempo e mudam a forma e o comportamento de todos os sistemas do mundo material.

Percebam que este prédio tem história, assim como os outros prédios que iremos visitar. E essa memória é estudada através de seus campos mórficos (estudo de forma e de genética). Ao trabalharem e interagirem, os senhores e senhoras estão construindo esta história. A energia, através da física quântica, nos transmite essas informações, assim como as novas informações assimiladas serão transmitidas para as futuras gerações. Então, estamos trabalhando para estas novas gerações.

O poder está nas pessoas. “Queridos amigos, afirmo que existe outro tipo de poder, um poder maior: o poder de sermos felizes no momento presente, livres de vício, do medo, do desespero, da discriminação, da raiva e da ignorância. Esse poder é um direito inato de todo ser humano, famoso ou desconhecido, rico ou pobre, forte ou fraco.”

Thich Nhat Hanh é um pacifista sobrevivente da Guerra do Vietnã. Os monges vietnamitas, que praticam o Budismo, ficaram sem templos e salas de meditação, assim aprenderam a meditar andando para encontrar a paz que todos almejam (*mindfulness*). A finalidade é a de que possamos conquistar momentos de tranquilidade, livres de nossas pressões, de nossas crenças limitantes, de todas essas falsas memórias do passado.

Ao trabalharmos com os temas Memória e *Mindfulness*, há dois alicerces importantes da memória coletiva que merecem destaque: a intenção e a atitude. Para onde os integrantes do Memojutra devem dirigir toda essa força e essa energia? Qual deve ser a atitude? O que realmente sinto pela preservação da memória da justiça ou simplesmente possuo um compromisso salarial e nada mais? A atitude muda pelo comprometimento com a História da Justiça.

Pessoas felizes trabalham melhor. Novas pesquisas nas áreas de psicologia e da neurociência demonstram que, na verdade, temos mais sucesso quando estamos satisfeitos e somos mais positivos. Quando estamos estressados, ansiosos, deprimidos, pressionados por prazos e metas, definitivamente não trabalhamos melhor. Mas quando estamos felizes, isso muda totalmente. Essa é a conclusão de estudos científicos com 250 mil pessoas.

Outra atitude positiva é sentir-se honrado de ser brasileiro. Nós mexicanos, apesar de todos os dramas que temos, nos sentimos honrados em sermos mexicanos e trabalhamos muito nossa história, damos muita importância aos museus, à antropologia e à história. No Brasil, a história remete a múltiplas etnias, que trazem uma riqueza colorida fantástica, então sintamo-nos felizes. Quando eu fui assaltado, várias vezes, em São Paulo, aconselharam-me a ir embora do Brasil, devido à violência. Mas permaneci aqui, pois é um país maravilhoso, de gente feliz. E tomara que, como fala uma canção mexicana, enterrem-me aqui. Quero ser enterrado em território brasileiro!

A importância vital da memória. Poucas pessoas percebem a importância vital da memória, dos arquivos, dos museus, da cultura e do patrimônio social para a sociedade. Mas o fato é que a memória constitui um verdadeiro DNA social que permite a hereditariedade do saber. É ela que permite a construção de uma sociedade mais humana e socialmente justa. É ela que une aprendizados de geração em geração. Todos os preceitos éticos, confortos e tecnologias da vida moderna são filhos da Memória.



Palestra de Fernando Bañol durante o Memojutra, na sede do TRT9, em Curitiba (PR)

Vamos para parte final da minha fala com a seguinte reflexão, uma prática de três segundos:

1º) Qual minha experiência de compromisso com o Memojutra?

Esse é um momento de introspecção e expansão da consciência. Abramos o campo de visão para missão de cada um dos cargos neste evento. Por que viajamos para o Encontro, de lugares tão distantes?

2º) Quais as capacidades e talentos que eu entrego ao Brasil e ao Memojutra? Foco, atenção e intenção do meu lado emocional.

**3º) Expansão...O que faremos após o Encontro? O que levarei daqui?
Vou aproveitar o que colhi e impulsionar minha atividade?**

O último elemento é a visão que possuo para o futuro. Precisamos acreditar no futuro, ter ideais, sonhos e lutar para que virem realidade. Tudo é possível! Um universo de possibilidades está a nossa disposição.

Agora uma surpresa. Resulta em um dos melhores presentes que podemos dar para os senhores: o tempo!

Em nome do Desembargador Cassio e da Coordenação do evento, os senhores irão receber um livro “A Saga de Cronos”, um romance, onde Cronos é chamado por Zeus para descobrir o que os homens estão fazendo com este tesouro tão maravilhoso que se chama tempo. Cronos passa pela guerra no Líbano e observa um soldado agonizando; passa pela *Wall Street* para saber o que fazem com o tempo na Bolsa de Valores. Mas não contarei mais a história para não perder a graça.

A minha homenagem termina com as palavras das tradições ancestrais do Sul da África: **SHICOB**A! Essa palavra significa: “eu existo por vocês”.

Obrigado!

Fernando Salazar Bañol

Conferencista internacional

Palestra e Visita ao Museu

Palestra “Expografia das exposições Ásia e Luz - matéria”
Gabriela Bettega² e Richard Romanini³.

“

Gabriela: Está em apresentação Museu Oscar Niemeyer a exposição que os senhores irão visitar, chamada “Ásia: A Terra, os Homens, os Deuses”, composta por cerca de 200 peças de arte asiática extraídas de um acervo de mais de 3.000 peças doadas ao MON pelo diplomata colecionador Fausto Godoy. Com curadoria do colecionador e de Teixeira Coelho, a exposição reúne raridades de forte conteúdo simbólico, vindas de países como China, Japão, Índia, Paquistão, Butão, Irã, Afeganistão e Myanmar.

Antes de a coleção chegar ao museu, houve possibilidade de ser exposta no MASP (Museu de Arte de São Paulo), na época em que Teixeira Coelho era seu diretor. Entretanto, por ser muito vasta, com cerca de três mil peças, o MASP não estava conseguindo encaixá-las dentro do acervo técnico, e nisso entrou na jogada o MON, que é um museu que tem um acervo técnico incrível, excelente, que os senhores poderão conhecer numa próxima visita agendada.

As obras estão sendo ainda catalogadas, porque é muita coisa. Num primeiro momento fomos para a reserva onde estavam todas as

²Arquiteta pela PUC-PR e cenógrafa pela *Accademia di Belle Arti di Brera*, em Milão, com trabalhos de expografia na Itália e projetos expográficos e cenográficos para o Museu Oscar Niemeyer, dentre outros clientes.

³Estudos em cenografia, história do cinema e vídeo na *Accademia di Belle Arti di Brera*, em Milão, com trabalhos em vídeo para MTV e *All Music* na Itália. Seu principal foco de desenvolvimento são projetos expográficos e de cenografia.

peças, umas em cima das outras ainda, e tivemos um primeiro relance de quão grandioso era tudo. Foi assustador até, porque era muita coisa e junto com o curador, já começaram as primeiras ideias sobre qual seria o título e o que a mostra pretendia falar - mesmo que fosse fragmento da coleção inteira, teria que refletir toda a coleção, pois iria ser a primeira vez que seria mostrada. E ali se iniciou toda a conversa, sempre junto à curadoria, à expografia e ao museu, que é responsável por abrigar e conservar as peças.

Deste primeiro contato, viemos para cá e começamos a projetar as primeiras ideias do Teixeira Coelho.

Os curadores se diferem muito entre si. Há aqueles que jogam só uma primeira ideia e irão atuar simplesmente com uma lista de obras, indicando o grupo que gostaria que tivesse sendo mostrado junto.

Isso pode acontecer como aqui onde estamos (auditório entre salas de exposição), em uma sala, ou numa mesma parede para um grupo de obras, outro grupo de obras em outra parede, é mais ou menos o curador que indica o que ele quer que seja visto junto ou separado. Então a curadoria vai escrevendo um texto crítico de toda ideia, para todos que irão trabalhar no projeto da exposição, que embasará tudo o que está sendo mostrado.

Richard: A Gabriela falou de um título, vocês viram que a amostra se chama “Ásia: A Terra, os Homens e os Deuses”.



Arte gráfica da mostra, que trabalha os conceitos “terra - homens - deuses”

Sabíamos que as obras expostas eram provenientes de 11 países, que seriam peças desde mobiliário até gravuras, pinturas e objetos. Os objetos mais antigos têm 7.000 anos, então ali volta o problema da conservação, volta o problema da iluminação, de ter tudo embaixo de vidro para ninguém poder tocar diretamente as obras.

Em relação à escolha do título, o que quero explicar é que o curador pensou no conjunto de obras, dividiu a seleção por países.

Gabriela: Vocês observarão que elas foram divididas não precisamente em países, mas em conceitos; irão percorrer, ao longo da mostra, vários grupos de obras que estão meio que fechadas.

Richard: Elas dialogam entre si e, com base neste primeiro norte, o título e os agrupamentos foram feitos.

Gabriela: O curador Teixeira Coelho, desde o princípio, dizia: “Não quero que minha mostra tenha um conceito; ela tem um título e o título é esse!”

Mas se você for trabalhar com outros curadores, como Agnaldo Faria, que é aqui do Museu também, que foi com quem trabalhamos na exposição ‘Luz - Matéria’, foi outra história, a ideia mesmo ‘Luz - Matéria’ compôs todo estudo para a mostra.

Richard: Falando em narrativa, que é a conversa que deve haver em primeira instância entre o curador, o museu e nós, no caso, sobre o título, ficamos pensando, com nossa bagagem de referências, e fechamos em dois conceitos: o 1º conceito, do ponto de vista arquitetônico, é a questão do rio. Temos três entidades, que são os homens, a terra e os deuses, então entendemos o percurso expográfico arquitetônico como se fosse um rio. Assim, aqueles triângulos que vocês irão ver na entrada, representam a nascente do rio. E o rio é o desdobramento onde estas três entidades se encontram realmente, até hoje.

Na antiguidade, na cultura asiática, o rio era o centro, seja para questões sociais, religiosas ou econômicas. E sempre representa um ponto de encontro.

Gabriela: Havia a ideia da curadoria, mas era necessária uma ideia para embasar o projeto, para desenvolvermos o processo de projeto.

Nosso gancho de ligação com a ideia curadorial foi criar um percurso como se fosse um rio. Se você olhar de um ponto central, você vai enxergar até o fim da amostra, ela estará aberta, ali vão ter vários pequenos braços que estão interligando esse rio onde você vai poder visitar a mostra inteira.



A entrada da mostra, posicionada para remeter o visitante à ideia de um rio interligado por pequenos braços⁴

Richard: A outra parte conceitual é ligada diretamente à imagem, a parte de identidade visual que desdobra todos os textos, a maneira como apresentaríamos os textos que iriam suportar as legendas técnicas, obras e textos críticos, até produtos gráficos como folder e catálogo. Então, por exemplo, jogamos mais para uma questão

⁴Disponível em internet < <https://casavogue.globo.com/MostrasExpos/noticia/2018/03/museu-oscar-niemeyer-revela-delicadezas-da-asia.html> >

cenestésica entre formas e trouxemos o rio. Há uma imagem aérea de um rio que percorre vários países da Ásia.

Gabriela: Isso deveria, não sei se para vocês parece, simbolizar várias forças se juntando num ponto central.

Richard: É um sincretismo, é criar uma unidade dentro de culturas diferentes, que são os países, essa Ásia que é um continente gigante, mas também essa abertura ao mesmo tempo. São sempre abstrações que nos apoiam para não só criar um cenário formal estético, mas algo com valor narrativo.

Gabriela: Desenhos eram trocados com o curador e o diplomata colecionador Fausto Godoi. Criamos juntos a disposição das obras e, neste caso, como eles eram muito exigentes, chegamos a dispor todos os volumes em escala, peça por peça.

Na mostra há 240 peças, cada uma foi colocada com estudo de altura ideal para cada uma, qual seria o grupo, a distância entre todas. O Teixeira Coelho chegou a mudar várias coisas, em diversos momentos. Então o curador estava sempre ali, aquele que pode jogar o xadrez na hora que quiser, com quem ele quiser, e íamos tentando suprir as ideias que ele imaginou.

Em paralelo, estávamos desenvolvendo, junto com o projeto expográfico, o arranjo mais arquitetônico das peças, dos objetos, dos móveis, toda parte gráfica como o Richard comentou.

Então juntos fomos idealizando quais seriam os suportes, como estes textos estariam dispostos na parede, o quanto eles teriam que aparecer, o quanto eles não teriam que aparecer.

Neste caso, eram três línguas e os textos eram muito grandes, então tivemos que dimensionar, de uma forma que eles não ficassem

muito invasivos nas salas, porque havia muitas peças, eram muitos textos, então fomos criando plaquinhas para as traduções, que pelo menos reduziu o espaço que o texto ocupava na sala.



Obra textual estrangeira, a qual foi cuidadosamente traduzida e posicionada de forma harmônica na sala de exposição⁵

Junto com isso, e o que acontece em todas as mostras e em todos os lugares, estávamos lutando contra a arquitetura do lugar! Uma luta construtiva, de dimensões das salas.

Por exemplo, o MON tem vários empecilhos, vocês verão logo ali uma sala do tamanho de 60 x 10 metros, então não é um lugar muito fácil de percorrer, porque é um corredor. Você não pode ancorar nada, não pode perfurar laje, tem várias limitações estruturais que tivemos que vencer ao longo do caminho.

⁵Disponível em internet < <https://casavogue.globo.com/MostrasExpos/noticia/2018/03/museu-oscar-niemeyer-revela-delicadezas-da-asia.html> >



As obras foram cuidadosamente posicionadas na sala, de forma harmônica para não perder o conceito da mostra e se adequar às limitações estruturais do espaço, em dimensões de corredor⁶

Num primeiro momento chegaram somente obras que iriam para mostra, e depois foram chegando obras que completaram toda coleção, indo para reserva técnica, ainda estavam em processo de catalogação. Algumas tiveram que sofrer restauração, outras só uma limpeza geral. O curador Teixeira Coelho e o Humberto, técnico do acervo, verificaram o estado de cada obra, por serem muito antigas e por ficar muito tempo no trâmite entre São Paulo (MASP) e outros lugares.

Em paralelo estava acontecendo algo na sala, na construção, estávamos desenvolvendo os folders e discutindo seu protótipo com o Marcelo, que faz parte do corpo de *marketing* e *designer* do museu. Em paralelo, o corpo educativo do museu estava sendo habituado à nova coleção.

⁶Disponível em internet < <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=97723&tit=Exposicao-de-arte-asiatica-tem-recorde-de-agendamentos-no-MON> >

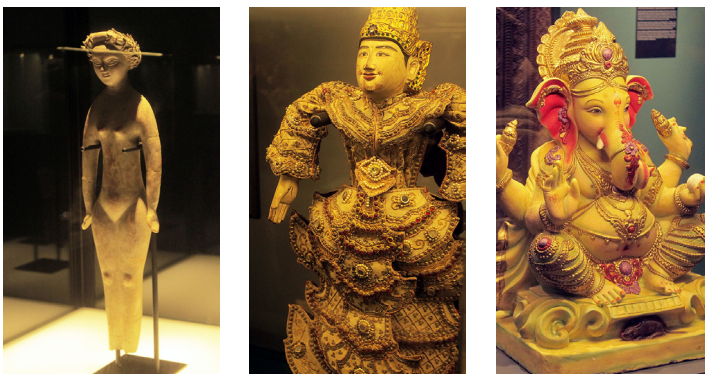
Richard: O educativo é uma iniciativa extraordinária do MON. E por estarmos falando de mostras de longa duração, logo nos perguntaram até quando iria ficar aberta a mostra da Ásia. A resposta foi: “A gente não sabe, a ideia seria de no mínimo um ano, mas isso pode se estender”.

Gabriela: A ideia também incluía o revezamento das peças, então tiraríamos algumas novas peças do acervo para exposição.

Aqui, nesta imagem, somos nós lá na sala; esta foto aqui é a sala limpa, ela era um corredor, um vão livre com o pavimento como este. Vocês irão ver que não é mais. Dali partiram vários estudos.

Sentimos a necessidade de forrar o pavimento, porque proporcionaria justamente um tom intimista que a mostra deveria ter.

Também pensamos a parte elétrica. Todos os objetos estão sob o vidro, então a iluminação ideal para isso não é por fora da cúpula, como vemos em muitos casos, que é a forma mais fácil, mas o ideal é que ela ocorra por dentro da cúpula. Então, ali precisávamos da fiação inteira correndo no chão.



Iluminação das obras foi toda projetada na parte interna da cúpula.⁷

⁷Disponível em internet < <https://nanu.blog.br/asia-a-terra-os-homens-e-os-deuses/> >



Efeito da iluminação interna⁸

Aqui, nestas fotos, vemos os primeiros momentos da construção da mostra. Nesta outra, num período em que já estávamos levando as obras lá para cima. Aqui é o pessoal da montagem mais fina, também num processo construtivo. Vocês irão ver dois portais que, por exigência do curador, deveriam ficar bem no início e no fim da mostra. Ele gostaria que estes portais não fossem só mostrados, mas funcionassem como portais, e ali entraram várias questões, porque os portais são bem baixos, justamente porque eles vêm de uma cultura em que esses portais são domésticos, aonde para você entrar nas casas deve se inclinar, porque é uma forma de respeito, reverência. Então aí entrou em pauta a questão do corpo de bombeiros, como fazer, como não fazer, e foi um longo caminho até conseguirmos que estes portais ficassem lá como portais, simbolicamente.

Para solucionar a questão, posicionamos a saída da exposição adjacente à saída de emergência, caso fosse preciso, e, além disso, providenciamos um acesso controlado à exposição: fica sempre uma pessoa do museu lá, orientando a entrada.

⁸Disponível em internet < <https://nanu.blog.br/asia-a-terra-os-homens-e-os-deuses/> >

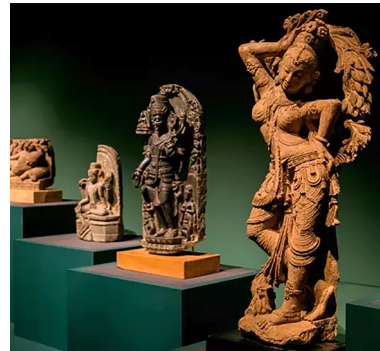


Muitas peças precisavam também de aparatos para ser expostas, era o caso destas marionetes. Então fizemos a construção pesada, pensada uma a uma, até os suportes para as obras.

► *Aparato para exposição de marionete*⁹

Esta outra imagem (foto) ilustra bem o caso comentado pelo Richard comentou, do estudo das cores, ligada à temperatura da luz e à valorização das peças. A escolha da paleta foi definida tanto pela curadoria, que entrava com o conceito, quanto por nós técnicos, que sugeríamos algo que imaginávamos contrastar bem com a peça, o iluminador também participava da seleção.

Assim, as bases das peças variam em dois tons de cinza, um mais claro e um bem mais escuro, e são todas forradas com um revestimento chamado “flocagem”, que é um pó colocado de forma eletrostática na peça. É um processo rápido e menos oneroso, que forma uma base digna para uma peça ser exposta, pois são peças muito frágeis. Ao redor dessas peças, tudo na tonalidade de verde.



*Peças da mostra foram expostas em base cinza, com revestimento externo em tom verde*¹⁰

⁹Disponível em internet < <https://casavogue.globo.com/MostrasExpos/noticia/2018/03/museu-oscar-niemeyer-revela-delicadezas-da-asia.html> >

¹⁰Disponível em internet < casavogue.globo.com/MostrasExpos/noticia/2018/03/museu-oscar-niemeyer-revela-delicadezas-da-asia.html >

Na colocação de muitas peças, elas ainda estavam com a etiqueta da catalogação que são expostas, algo que vocês também devem fazer.

Richard: Este cuidado deve se estender à documentação, laudos etc, em virtude do estado das obras, porque em qualquer momento pode acontecer algo, então temos que preservar.

Gabriela: Esse aqui é o Fausto Godoy, que é o doador, colecionador e foi o cocurador, junto com o Teixeira Coelho.



O diplomata e colecionador Fausto Godoy, cocurador da mostra, junto a peças do acervo doado ao MON¹¹

Aqui a foto dos iluminadores, eles sofreram para colocar a iluminação interna das cúpulas. Têm cúpulas muito grandes, vocês irão ver, mas essa foi uma decisão para melhor iluminar as peças.

Esta é a primeira sala, vocês irão ver, onde estão as maiores peças da exposição, com peças, que por serem muito pesadas, estão fora de vidro - a única sala onde não veremos vidro.

¹¹Disponível em internet < <https://topview.com.br/poder/fausto-godoy-entrevista/> >



Efeito da iluminação em cúpulas grandes¹²



Sala com obras maiores e mais pesadas, expostas ao público sem a proteção do vidro¹³

Aqui vemos a colocação da parte gráfica.

Como já está na hora, podemos ir para a visita e lá, se tiverem perguntas, iremos respondendo durante a visita.

Obrigada!

¹²Disponível em internet < casavogue.globo.com/MostrasExpos/noticia/2018/03/museu-oscar-niemeyer-revela-delicadezas-da-asia.html >

¹³Disponível em internet < xvcuritiba.com.br/mon-inaugura-segunda-edicao-da-exposicao-asiatica/ >

Visita à Exposição “Ásia: A Terra, os Homens, os Deuses”



Após a palestra sobre expografia, os participantes do Encontro, acompanhados dos palestrantes, realizaram visita à exposição *Ásia: A Terra, os Homens, os Deuses*. O acesso foi controlado, de forma que todos entraram em pequenos grupos, o que possibilitou uma integração maior com os palestrantes que puderam tirar dúvidas dos participantes.

Visita à exposição “Luz - Matéria”

Na segunda exposição visitada, todos puderam entrar juntos e também foram acompanhados pelos palestrantes, que foram complementando as informações de como foi realizada a expografia da exposição *Luz - Matéria*.



Participantes do Encontro visitaram a mostra “Luz - Matéria”, no Museu Oscar Niemeyer

Visita técnica ao Arquivo Central do TRT 9ª Região



A visita iniciou com a apresentação, pelo Desembargador Cassio Colombo Filho (Presidente da CPAD), da equipe da Divisão de Gestão Documental, Arquivo e Memória do TRT-PR aos participantes. Após houve visita às áreas de depósito de arquivo intermediário e permanente, onde os participantes foram divididos em grupos, acompanhados pelo presidente da CPAD e por servidores, neste momento houve exposição de informações acerca do acervo e do trabalho desenvolvido na Divisão de Gestão Documental, Arquivo e Memória, composta por unidades na capital e no interior do estado do Paraná.



Apresentação na secretaria da Divisão de Gestão Documental, Arquivo e Memória, onde é custodiado o acervo da capital, região metropolitana e litoral do Paraná.



Durante a visita aos prédios do Tribunal, os participantes do evento receberam um exemplar do “Catálogo Seletivo de Autos Judiciais - Inventário dos anos 1934 a 1951”



Visita à área de depósito do arquivo intermediário com acervo da capital, região metropolitana e litoral do Paraná



Laboratório do Centro de Memória do TRT9, onde ocorre higienização, pequenos reparos, custódia e descrição do acervo histórico

Painel Temático I

Palestra 1: Neide De Sordi¹⁴

Repositórios de arquivo digital no Poder Judiciário

“Estratégias e tecnologias na gestão de documentos digitais para a preservação da Memória”

“

Muita responsabilidade! Estou muito feliz por estar aqui. É sempre uma oportunidade prazerosa falar sobre gestão documental no Judiciário e sinto-me partícipe deste processo. Também é um prazer estar na Justiça do Trabalho, porque ela é o segmento que melhor se preocupa com a questão da gestão documental por conta da sua visão, da sua contribuição para construção da sociedade, da cidadania, dos direitos sociais. Aqui é o único segmento do Judiciário onde os magistrados, junto com os servidores públicos trabalhistas, sentem-se responsáveis por levar adiante essa empreitada. E isto é admirável! Lamento profundamente que isto não se dissemine, que não exista o Fórum de Memória e Gestão Documental em outros segmentos do Judiciário.

Falarei sobre como garantir que os processos judiciais possam subsidiar a relação de pesquisa para a construção da Memória, o que muda na gestão documental do documento físico para o digital e sobre soluções tecnológicas para seleção e avaliação, preservação e acesso

¹⁴ Mestre em documentação e biblioteca, diretora do Innova Gestão - consultoria em Informação; foi Diretora-Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ e Secretária de Pesquisa e informação Jurídicas do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. Linha de pesquisa: acesso à informação, dados abertos, governo aberto e gestão judiciária.

aos autos físicos e digitais. E outras questões relacionadas a documentos, que caso não estejam, irão entrar na pauta dos servidores.

Os processos judiciais servem para nos situarmos na história e no tempo, utilizando-os como referências passadas, antevendo as perspectivas do futuro. Ontem, depois de fazer minha apresentação, comecei a pesquisar sobre o Memojutra e encontrei o museu imaginário da Justiça do Trabalho, ideia que pode crescer muito. Acredito que vocês possam melhorar as técnicas e métodos utilizados, delimitar o conteúdo deste museu, sugiro até um *software* livre chamado Omeka, que é um *software* para museus, ele pode ajudar bastante, amei a ideia porque é muito difícil construir um museu físico e o museu virtual pode ser compartilhado e enriquecido com a colaboração de todos.

Comecei a trabalhar na minha palestra procurando pesquisas que foram feitas a partir de processos judiciais que mostram a importância dessa apropriação do historiador, dos processos da Justiça do Trabalho para construção da narrativa histórica. Encontrei várias pesquisas, desconheço a questão orçamentária, mas assim como tem o Prêmio Memojutra, poderia haver um incentivo para que os pesquisadores usassem os acervos da Justiça do Trabalho nas suas construções. Quando era Diretora Executiva do Departamento de Pesquisa do CNJ, fizemos uma pesquisa e descobrimos que a Justiça não era pauta de nenhum programa de pós-graduação de Direito. O Direito sim era pauta nos programas do Direito, mas não existiam estudos sobre a Justiça e sobre suas Instituições.

Recordo que, certa vez, fizemos parceria com a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para promoção de pesquisas nas Universidades a partir de temas fornecidos pelo CNJ. Essa ideia poderia ser aplicada na Justiça, bastaria adaptar para aqui ser algo com custo menor ou mesmo pagamento simbólico, até mesmo oportunizando trabalho na área da pesquisa.

Mas o que será pesquisado na Justiça do Trabalho?

Fui investigar sobre o tema e descobri algo incrível. Verifiquei que nos Estados Unidos, uma pessoa está processando uma instituição para indenizá-la em uma relação de consumo que ela não precisava ter. Nesse exemplo, a *Data Boot* (base de dados) da Inteligência Artificial (IA) conhecia todas as compras progressas dessa pessoa e assim foi fácil listar os produtos que iria gostar. E, como não gostaria de estar endividada por culpa da IA, decidiu-se que deveria ser indenizada.

No futuro, a Justiça do Trabalho vai ser chamada para regular esse tipo de conflito, essa é de consumo, mas poderia ser uma relação trabalhista, por exemplo, um caso discutindo a perda do emprego por conta da Inteligência Artificial. E, para que estes processos todos sejam preservados é preciso aplicar instrumentos de gestão documental.

Quando trabalhava na Justiça, visitei muitos Memoriais. Não conheço nenhuma pesquisa da Justiça do Trabalho que tenha sido feita de forma contextualizada ao momento histórico. Há exposições sobre processos de escravidão/cárcere privado, o que é ótimo para divulgação, mas para pesquisa histórica não resolve, porque as pessoas precisam do contexto onde a coisa se deu, para saberem se aquilo era regra ou exceção.

Temos que preservar um volume representativo daquele contexto e, para isso, falarei de gestão documental, independentemente se essa gestão documental é um documento físico ou digital, porque o que muda é o suporte (fonte física/digital), e não o valor do documento.

No Poder Judiciário há instrumentos quase que suficientes para isto. Cito, por exemplo, a Resolução do CNJ que instituiu o modelo de requisitos para sistemas informatizados, que inicialmente foi elaborado na Justiça Federal, no começo deste milênio, para depois,

implantado o PRONAME (Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário) ser levado ao CNJ, onde foram modificados, para se tornarem adequados à construção de sistemas de gestão documental em todo Judiciário, refiro-me ao MoReq-Jus.

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), desenvolveu o e-ARQ Brasil, que bebeu na fonte do MoReq europeu, mas houve necessidade de elaborar um modelo de requisitos específico para o Judiciário brasileiro, porque há especificidades do e-ARQ que não se adequavam à nossa Justiça. Por exemplo, o e-ARQ exclui a certificação digital dos processos e, na Justiça pátria, isso não poderia ser feito. Outra situação: o e-ARQ estabelece que o processo de guarda permanente permaneça constantemente parado, o que nem sempre acontece na dinâmica da Justiça brasileira, na qual um processo criminal de homicídio contra o meu tataravô pode voltar a tramitar e ser revisto, caso eu encontre uma prova de que ele não matou a vítima. Cito só estas peculiaridades para ilustrar as possibilidades, pois são várias.

O que é um Modelo de Requisito? Modelo de Requisito é aquilo que se comunica com o Sistema, é algo que tem que ser construído, é o que o Sistema tem que ter. E que Sistemas são estes? Para a plataforma e-ARQ Brasil, o nome do Sistema é o SIGAD; já para o Judiciário, denominou-se de Gestão-JUD, e um Gestão-JUD que vocês conhecem e usam é o PJe (Processo Judiciário eletrônico).

Outro instrumento utilizado são as tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário. Essas tabelas começaram na Gestão Documental, quando arquivistas da Justiça Federal precisavam de um instrumento para classificar os documentos e definir aqueles que poderiam ser eliminados. Na época, pegamos o tesouro (à base de códigos) da jurisprudência que tínhamos feito para unificar a base da jurisprudência dos Cinco TRF'S e fizemos uma tabela. E em uma reunião, em Curitiba, por acaso, apresentamos essa tabela pronta para o

Secretário Judiciário. **Ora, porque é que nós do arquivo, que não entendemos de Direito, vamos classificar os feitos, se eles podem nos chegar classificados?** Na época, chamamos os Secretários Judiciários dos cinco TRF'S e mais do STJ, apresentamos a tabela para eles. Eles acharam nossa tabela muito acadêmica, porque não tínhamos a prática dos processos, de forma que havia situações lá que nunca iriam acontecer no processo. Mas de qualquer forma fizemos aquela tabela que, embora denominada acadêmica, foi aceita quanto à sua ideia.

Eu tinha duas demandas na época. Uma era sobre estatística dos processos de lavagem de dinheiro, mas as varas especializadas em lavagem de dinheiro tinham acabado de serem criadas e não havia como fazer esta estatística. Aliás, nunca conseguiram. Depois mudaram a lei porque o crime de lavagem depende de crime antecedente.

Como tinha a demanda de padronizar as estatísticas da Justiça Federal, foi necessário catalogar em classes, assuntos principais e movimentos. Assim, reunimos todos estes dados que existiam nas seções judiciárias e nos TRF'S. Havia nomenclatura de movimentação processual espantosa, como: “aguardando capa”, “processo comigo” etc. Portanto, havia muito trabalho e ficamos anos fazendo estas tabelas de classe, assunto e movimento. Como a questão passou para o Secretário Judiciário, mudou o público, então a gestão documental ficou só aguardando que o Judiciário realizasse esse trabalho.

Os dois primeiros Secretários-Gerais do CNJ (os Juízes Federais Flávio Dino e Sérgio Tejada) usaram essas tabelas na Justiça Federal, levaram-na para o CNJ e eu fiz parte da comissão que ajudou a transformá-las em tabelas adequadas para todo o Judiciário. Nessa época, eu trabalhava com o Dr. Rubens Curado, Juiz do Trabalho que era Diretor-Geral e fez a implantação para todo o Judiciário, porque tinha a sensibilidade de escutar o servidor e viu a importância dessas questões. Na Justiça Federal já se utilizavam as tabelas, o MoReq-Jus,

o programa de gestão da Justiça. As tabelas são anteriores a ele como Diretor-Geral, mas participou da comissão e o MoReq-Jus, o PRO-NAME, o Manual e a Planilha de Cálculos ocorreram na gestão dele.

Em relação à Planilha de Cálculos Amostral, o que acontece?

O ideal é nunca jogar um processo fora, é guardar tudo, não se sabe quando o pesquisador do futuro vai precisar.

No primeiro evento que fiz de História e Memória de processo, o meu chefe, o Ministro Fontes de Avelar, mandou-me visitar a Seção Judiciária para ver como estava a questão dos arquivos. O Ministro era muito preocupado com a preservação da memória; tinha sido presidente do TJ de Sergipe e lá fez um arquivo maravilhoso. Na época, eu não entendia nada de arquivo, eu não queria saber nada daquilo, eu era só uma bibliotecária! A partir disso e de muito estudo começamos a Gestão Documental na Justiça Federal e, mais tarde, as Tabelas e o Cálculo Amostral. Isto não existia na literatura da Gestão Documental e da Arquivologia, mas pelo menos agora está disseminado no Judiciário, ao menos para poder guardar alguma coisa daquilo que seria eliminado. Na época, saiu na imprensa que o CNJ queria jogar tudo fora e guardar somente uma pequena amostra, mas esta não era a intenção, foi mal compreendido. O ideal é guardar tudo, mas devemos ponderar que há um grande custo para isso.

O custo do TJ-RJ com terceirização da guarda de processos judiciais, no ano de 2017, divulgado na internet, foi de aproximadamente R\$ 3 milhões. Lá eles possuem arquivo próprio muito bem estruturado, mas ainda há necessidade de contratação de empresa terceirizada para guardar o acervo, devido ao seu volume.

Lembro que há uns sete ou oito anos atrás, eu estava no CNJ e este Tribunal teve que contratar uma empresa de guarda para devolução do acervo de forma organizada. Houve impasse à época e, como a devolução demandava um custo alto, visitei o arquivo e concluí que não iriam mais terceirizar a guarda de processos. Também pesquisei o TJ-SP, porque terceiriza tudo, e em visita ao arquivo no

ano de 2009, verifiquei que gastavam mais de R\$ 7 milhões com a terceirização. Não sei quanto gastam hoje, mas digamos que, se os 10 maiores TJs estivessem gastando a média de R\$ 3 milhões/ano, o valor é muito alto em detrimento a outros projetos do Judiciário.

Na época que estava na Justiça Federal, sabia que qualquer processo de planejamento econômico, como “plano Bresser”, “plano Collor”, “plano Verão”, bloqueio de cruzado em caderneta de poupança, tudo isso poderia ter guarda amostral.

Mas na Justiça do Trabalho, o que será de guarda amostral e sofrerá eliminação? Não sei se a Justiça do Trabalho já definiu isso, se houve alguma demanda em massa que pudesse ser considerada de guarda amostral ou não. Entenderam? O CNJ deu apenas um instrumento e o PRONAME está abandonado há alguns anos.

Essa semana a Gabriela, que era da minha equipe de trabalho na estatística e que criou a Fórmula Amostral, tomou posse como Diretoria Executiva do Departamento. Aproveitei a oportunidade do encontro e encaminhei a ela estes custos orçamentários, bem como destaquei a necessidade de a Recomendação 37 virar uma Resolução, pois há Tribunais que não aplicam estes instrumentos, porque não sentem confiança para adotá-los.

Na impossibilidade de se guardar tudo, é necessário utilizar instrumentos de gestão. Por exemplo, na execução fiscal, podemos guardar os 10, 100, 1.000 maiores devedores pela quantidade da dívida e o restante se guarda por amostragem, porque é tudo igual. Só porque eu não paguei meu Conselho Regional de Biblioteconomia estou sendo executada, isso é histórico? Não é! Tem muito espaço para eliminação de documentos. Tem muito documento e o custo-benefício não é adequado. O ideal é guardar tudo, mas o custo-benefício é uma relação que tem que se fazer dentro de um orçamento cada vez mais escasso.

A gestão documental nas Instituições da Justiça possui peculiaridades bem interessantes. O Judiciário é pioneiro, por um conjunto de razões que não encontramos em outros Órgãos Públicos. Temos o Protocolo Integrado com a Gestão Documental, que vocês chamam de distribuição processual. Tem-se também a padronização da tipologia documental: pelo menos dentro de cada segmento do Judiciário, temos as mesmas classes e isso é algo raro, peculiar. Há uma padronização também da Taxionomia, dos assuntos que estão dentro das tabelas temáticas. Existe uma classificação e destinação dos documentos na produção: na hora que o documento nasce, ele é classificado pela Tabela. Isso ocorre em tese, mas não funciona desde que a petição virou eletrônica, pois o sistema aceita classificação selecionada pelo usuário. Exemplifico: em uma consultoria para a ANATEL, descobriu-se que o advogado não classificou corretamente a demanda, conforme tabela; ele simplesmente indicou a primeira classe da ordem alfabética, gerando problema de classificação em uma quantidade enorme de processos. Isso demonstra que, no processo eletrônico essa possibilidade de equívoco existe e pode ser usada.

Há padronização dos fundos arquivísticos, porque os fundos são do Tribunal X, a seção Y, a vara tal, isso é hiperpadronização. Além disso, a tramitação dos documentos possui códigos, então a descrição arquivística é detalhada, possuem vários metadados como número dos autos, título, data de autuação, vários elementos que a maioria dos documentos ao serem produzidos não possuem. Existe também a obrigatoriedade da adoção da gestão documental nas atividades do arquivo corrente e a participação de todos os atores institucionais no processo. Bem como um bom nível de padronização destes mesmos procedimentos em todos os Tribunais. Isso já é sair na frente, mas com o documento em papel.

Com o documento digital, todo esse trabalho é mais complexo! Para que os documentos digitais sejam autênticos, confiáveis, únicos,

acessíveis e compreensíveis em longo prazo é preciso algumas estratégias. Com o papel, o suporte já possui o conteúdo: se guardar direitinho, o arquivo físico vai durar 200, 300, 400 anos, há documentos antigos assim preservados. Mas no documento digital, tem a questão do *hardware*, do *software* e da informação, então cada um destes componentes requer estratégias diferentes para a preservação.

Temos várias ameaças ao documento digital, uma delas é a segurança e a outra a fragilidade, instabilidade das mídias digitais, a obsolescência rápida dos equipamentos, *software* e formatos. É louvável o fato de a Justiça do Trabalho ter adotado o PDF-A (*software* aberto) como ferramenta para anexar arquivo nos autos. Todos os Órgãos deveriam fazer isso e parar de usar PDF, que é um *software* de propriedade do Adobe, para usar o PDF-A, que é um *software* aberto.

Além de empresária, participo de uma ONG Internacional chamada *Open Knowledge*, com intenso engajamento com governo aberto, principalmente na promoção de transparência, tecnologia, inovação e participação cidadã. Assessoro e represento essa organização no grupo aberto da sociedade civil. Governo aberto, no âmbito da parceria, é um compromisso internacional firmado entre diversos países. O Brasil foi um dos oito países criadores desse projeto e atualmente há quase 80 países que integram esse compromisso/parceria. Um desses compromissos é criar planos de governo aberto; nós agora trabalhamos na finalização do 4º plano e na implementação do 3º. Nestes planos, os Órgãos Públicos em parceria com a sociedade civil se comprometeram a criar infraestrutura para abertura de dados.

Nessa questão do *software* livre, de dados abertos, é crucial o desenvolvimento de pesquisas para acesso e reuso das informações governamentais, a fim de que a sociedade possa ter conhecimento, ampliando-se a transparência. Por isso comemoro quando uma instituição opta por trabalhar em formato aberto (não proprietário).

Como disse antes, esse conjunto de medidas pode ser uma opção funcional para o documento digital, por conta destas questões de segurança da informação, fragilidade e instabilidade das mídias, obsolescência dos equipamentos, *software* e formatos. Se as coisas não mudarem, no futuro, os arquivos serão reduzidos a unidades de informação que guardam documentos físicos, anteriores à transformação digital.

Até o momento, a custódia do documento físico é incumbência do arquivista; é ele quem estuda e executa as questões de gestão documental. Já o documento digital, por sua vez, ele não está sob custódia dos arquivos, mas da T.I. (tecnologia e informática). Tem algum problema nisso? Só um: a T.I. tem mil coisas para se ocupar e não estuda com o mesmo zelo do arquivista a questão da preservação. Então, hoje a preservação não está na ordem do dia (arquivista), e sim o acesso (T.I.).

Mas qual seria o problema? O documento digital poderia permanecer sob os cuidados da TI?

A resposta é afirmativa, o documento digital tem que ficar a cargo da T.I. porque envolve tecnologia. Porém, é preciso que a T.I. se aproprie das informações sobre preservação, que é o objeto de estudo da gestão documental.

Existe a política de segurança da informação dos Tribunais. Mas até onde sei, essa política se traduz em um ato da Presidência que diz que tem que ter política de segurança. Não conheço muitos instrumentos que traduzam essa política em questões práticas, como migração de mídias, emulação, refreshing em outra mídia (que significa “passar a limpo” em outra mídia mais moderna). Essas estratégias fazem parte da realidade digital, não devem ser tomadas isoladamente e acontecem de acordo com a necessidade de cada contexto.

A preservação da tecnologia implica, por exemplo, ter um museu de *hardware* e *software* para o dia que eu quiser rodar uma mídia de

tecnologia antiga, que ninguém tem mais (CD, disquete), bem como haver pessoal capaz de operacionalizar esses recursos. A preservação da tecnologia poderia ser assim: guarda-se um computador antigo, compatível com a mídia de CD/disquete, para o caso de, no futuro, chegar algum CD/disquete que não foi migrado para outra mídia (*refreshing*), possibilitando o acesso ao seu conteúdo digital. Estou só dando exemplos de estratégias de preservação que poderão fazer parte desta política de preservação digital nos Tribunais. Como disse, política de segurança da informação existe, mas a política de preservação eu não vi em lugar nenhum. Assessoriei a ANATEL em sua definição, mas até hoje não foi publicada, em virtude de conflitos com a TI.

Vejamos o que acontece atualmente com o documento digital: “STJ apura invasão de *Hacker* ao sistema interno de informática”; “*Hackers* vendem acesso ao sistema de segurança de aeroporto na *Dark Web* por apenas US\$ 10”; “*Hackers* atacam TJ e MP-AP e pedem resgate dos dados”; “*Hackers* invadem Tribunal da Justiça de Pernambuco e ameaçam apagar todos os processos”; “Ministério Público fala sobre incidente de segurança que ocorreu no SEI, sua estrutura e o uso de certificados digitais”; “Sistemas do GDF sofrem 18 invasões e mais de dois milhões de tentativas em um ano” então isso acontece em ótimos órgãos; “*Hacker* acusado de invadir o Pentágono”, essa notícia é antiga, mas acredito que o sistema de segurança do Pentágono deve ser melhor que o de todos os Tribunais Brasileiros; “Garoto de 16 anos hackeia *Apple* e baixa 90GB de arquivos em um ano”, essa notícia é recente, de 16 de agosto de 2018, o menino tinha 16 anos, gostava tanto da *Apple* que resolveu invadir, para mostrar que ele era bom e ver se eles o contratavam. O fato é que, se um menino de 16 anos invade a *Apple*, que usa o marketing da “segurança de dados” para vender serviços e produtos, que não quer que ninguém copie suas inovações antes de elas irem para o mercado,

porque razão há de se dizer que a segurança do documento digital nos Tribunais seria melhor do que a da *Apple*?

A estratégia de preservação digital precisa estar embutida nos Sistemas. Para tanto é preciso que sejam atendidas três soluções: o SIGAD/Gestão Jud que se refere a um sistema de gestão de documentos correntes e intermediários recomendados pelo E-ARq e MoReq-Jus (exemplos PJE, o SEI e o e-PROC), o RDC-Arq que é um repositório digital arquivístico confiável que garante a custódia dos documentos autênticos e em ambiente confiável (exemplo o Archivemática) e o Sistema de gerenciamento de conteúdo com ferramenta de descrição, difusão e acesso a documentos arquivísticos (exemplos: DSpace e ICA-AtOM).

O PJe começou na Justiça Federal, lá trabalhei na definição de requisitos. No CNJ, o juiz Paulo Cristóvão trabalhou para que existisse um modelo de Gestão Documental no PJE, para ajudar nas estatísticas mais precisas. Em 2009, abrimos uma espécie de “anistia” para que os Tribunais que estavam passando estatística errada para o CNJ tivessem a oportunidade de retificar seus dados. Muitos retificaram, mas até hoje os dados da Justiça são levantados mediante informação, não automaticamente. Todos os Tribunais estão automatizados, então poderia haver uma extração automática destas estatísticas, que seriam mais fidedignas se houvesse um módulo de Gestão Documental nos Sistemas Processuais.

O Repositório Digital Arquivístico é uma ferramenta para onde deveriam ser transferidos os documentos que precisam de preservação, aqueles documentos que já nascem históricos ou são classificados a posteriori como históricos. Refiro-me aqui a *softwares* livres e gratuitos. Cito aqui o Archivemática, perfeito e confiável para fazer esse repositório, além do *software* ICA-AtOM, que é um arquivo histórico digital desenvolvido pelo Conselho Internacional

de Arquivo. Essas são as referências recomendáveis para segurança e confiabilidade. Não tem jeito de fazer pesquisa deles, visto que funcionam por micro serviços: micropacotes de dados e metadados entram via SIGAD e passam para o Archivematica e, depois, para dar acesso ao usuário, utiliza-se o ICA-AtoM, que é um repositório, um arquivo histórico digital.

A Resolução CONARQ nº 43, a Norma ISO 14721/2012 e ABNT-NBR 15472, o e-ARQ Brasil (SIGAD), o MoReq-Jus (GESTÃO JUD), o NOBRADE/ISAD (G), a norma ISO 16363/2012 são os atributos e os papéis dentro desse modelo de repositório digital confiável.

O modelo OAIS foi aprovado como Norma ISO 14721/2012, que também é a ABNT-NBR 15.472/2017. Essas normas definem como deve ser um repositório digital confiável, para onde se devem exportar os processos que precisarão ser preservados para o resto dos tempos. Destaco que sem repositório digital confiável, como recomenda a Resolução do CONARCQ 43, vocês não terão garantia. E além desses sistemas, existe Norma 150, que regulamenta a auditoria e certifica quais repositórios são confiáveis. Aliás, o CNJ deveria ter implementado esta lista de verificação de repositório digital confiável para a garantia geral da sociedade. As métricas do TRAC viraram uma Norma ISO 16.3631/2012. O ICA-ATOM é outro *software* livre de acesso a esses documentos do repositório preservado.

Outra questão a ser abordada refere-se à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. É uma legislação arquivística que levará aos Tribunais a tarefa de proteger dados pessoais.

A Justiça do Trabalho tem dados pessoais em todos os processos e se faz necessário adotar estratégias de proteção. Com esta lei, a parte poderá requerer que seus dados pessoais sejam apagados ao final do processo. A lei protege o Órgão Público enquanto o processo está tramitando, mas uma vez findo o processo, as pessoas envolvi-

das podem requerer que seus dados sejam apagados. Então, **como é que isso vai ficar para nossa preservação da memória?** Não sei!

São questões que ainda não têm solução, até que a autoridade nacional seja criada. O fato é que a palavra ‘tratamento de dados’ aparece 112 vezes na lei e ela fala de processos de Gestão Documental como coleta, armazenamento, conservação e avaliação. Então essa lei é de natureza arquivística! O professor de arquivologia da UNIRIO, José Maria Jardim, também compartilha dessa mesma opinião.

Sobre a Lei de Acesso à Informação, o TCU fez uma auditoria para avaliar o grau de aderência dos portais de 135 Organizações, das quais 65 eram do Judiciário. As falhas no cumprimento da lei foram encaminhadas ao CNJ, que estabeleceu prazo de 180 dias para resolução dos problemas quanto à aderência da Lei de Acesso.

Importante lembrar que o rol das informações classificadas e desclassificadas é uma questão de Gestão Documental e aproveitamento para parabenizar o TRT 23ª Região, o único que já publicou o rol das informações classificadas e desclassificadas.

Essa semana, um artigo meu foi publicado na REVON - Revista da Ouvidoria do Conselho Nacional do Ministério Público, onde analiso a Lei de Acesso no Judiciário e no Ministério Público, pois falta uma instância recursal, se comparado aos outros Órgãos, visto que a 2ª instância é do Presidente do Tribunal (mesmo órgão). No caso do Poder Executivo, o recurso tramitará na CGU (Controladoria Geral da União), sua instância recursal. Normalmente quando o Órgão nega acesso a dados e há recurso para a CGU, há reforma da decisão para autorizar o acesso. Eu sei disso porque fazemos muitos pedidos de acesso na ONG em que trabalho paralelamente.

Por fim, registro que já acabou o período de *vacatio legis* do Código de Defesa do Usuário de Serviço Público. Assim, espero que o setor de Arquivo passe a abranger o serviço de acesso aos pro-

cessos judiciais a toda sociedade, porque nada disso faz sentido se a intenção for apenas guardar por guardar, se não for ampliado o uso das informações.

Muito obrigada!

Neide De Sardi

Mestre em Documentação e Biblioteca



Como Janus, o deus romano bifronte, devemos perscrutar o passado para melhor compreender e planejar o futuro¹⁵

¹⁵ Disponível em internet < <http://tierraypueblo.blogspot.com/2012/06/jano-bifronte-el-dios-romano-de-las.html> >

Palestra 2: Denise Marsico do Couto¹⁶ e Aluysio Gomes Simões¹⁷

Desenvolvimento da ferramenta da Memória Digital no PJe



Denise: Trazer alguém da T.I. (Tecnologia da Informação) não é algo muito fácil, pois a demanda nos Regionais é imensa, foi uma batalha muito grande para que ganhássemos o apoio da Administração na inserção do selo histórico nos autos digitais. Para isso se tornar realidade ocorreram discussões internas no TRT da 17ª Região, com explicações acerca da necessidade da preservação, da utilização do selo histórico, do procedimento realizado nos autos físicos. Concluiu-se pela manutenção do selo histórico, pois o usuário conhece essa simbologia. Quando menciono usuário me refiro a juízes, servidores e advogados.

Aluysio: Com o objetivo de aprimorar a gestão documental e a preservação da memória, trabalhamos com iniciativa para que o acervo histórico digital possa usufruir de tratamento, pois os autos digitais são realidade predominante atual.

Denise: Referimo-nos a milhões de processos.

Aluysio: O trabalho está fundamentado em duas normas: o Ato Conjunto nº 11/TST.CSJT.GP, de 3 de maio de 2011 e o Ato Conjunto nº 2/ TST.CSJT.GP, de 06 de fevereiro de 2014.

¹⁶Presidente do Membro Titular e Juíza Titular da 4ª Vara do Trabalho de Vitória/ES - TRT17.

¹⁷Servidor Público do TRT 17ª Região.

Denise: Com observância destas normas, iniciamos as reflexões para o procedimento de aposição do selo histórico nos autos digitais, visto que teríamos que ultrapassar uma barreira em Brasília. Quando o PJe nacional está envolvido, há muitas exigências, inclusive quanto ao desenvolvimento das ferramentas próprias do processo judicial. Então teríamos que ser o mais coerente possível com o regramento.

Aluysio: O artigo 1º dispõe “Instituir o programa nacional de resgate da memória da Justiça do Trabalho com os seguintes objetivos:

I- consolidar a memória institucional, mediante a realização de inventários dos documentos e das peças de interesse histórico; **II-** desenvolver o repositório da memória da Justiça do Trabalho; **III-** preservar e divulgar o acervo histórico; **IV-** fomentar a pesquisa de temas relacionados à história e evolução do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho; **V-** desenvolver, preservar e disponibilizar coleções bibliográficas impressas e digitais formadora do patrimônio bibliográfico da Justiça do Trabalho.”

O art. 2º estabelece “Compete ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em conjunto com a Comissão de Documentação do TST, coordenar as atividades deste programa. Parágrafo único. Para auxiliar na coordenação de que trata o caput. poderá ser instituído o comitê gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho.”

Denise: Que já foi instituído.

Aluysio: Ressalto que o disposto neste Ato Conjunto não prejudica a continuidade em programas análogos em funcionamento nos Tribunais Regionais do Trabalho. Passemos para o Ato Conjunto TST. CSJT.GP n.º 002/2014, que instituiu o selo do “Acervo Histórico” na Justiça do Trabalho.



Selo do “Acervo Histórico” na Justiça do Trabalho¹⁸

Denise: Embora o ato institua o selo elaborado no TST, haverá possibilidade de inserção do selo dos Regionais para os TRT’s que já o possuem, utilizando-se o selo do TST para quem não o tenha instituído no Regional. Desta forma, o selo será o mecanismo digital para marcação dos processos históricos.

Destaco que foi necessário explicar a origem dos selos de “Acervo Histórico” dos Regionais. Cumpre aqui relembrar a forma como foram escolhidos os selos. Muitos TRT’s adotaram o procedimento de concurso entre servidores para criar a imagem característica de sua região. Isso já aponta nossa história, tanto do Regional, quanto do Memojutra, nesse pormenor, recorde de reuniões pretéritas deste fórum em que havia grande fomento na criação e adoção do selo pelos Regionais.

Esta é a nossa história! Atualmente estamos inserindo este selo no mundo virtual! O procedimento não é difícil, haverá um campo pré-fixado para inserção. Conclamo a todos para que tornem essa inserção uma realidade!

¹⁸ Disponível em internet: < <https://www.trt5.jus.br/node/25310> >

Aluysio: O procedimento prevê que o selo fique apostado no canto superior direito.

Denise: Embora tenha havido uma extensa discussão interna sobre a possibilidade de inserção do selo em todas as folhas dos autos digitais, restei como voto vencido, pois o selo só poderá ser afixado naquele canto superior na 1º página.

Aluysio: O processo é um arquivo PDF-A (*software* aberto), de maneira que a marcação do selo na primeira página irá acompanhar o processo todo.

Saliento que o selo do TRT 17ª Região foi escolhido mediante concurso interno, cujo vencedor foi um servidor lotado na 1ª instância. O selo eleito representa o Estado e sua região, pois nele há uma ponte, muito famosa por interligar Vitória até Vila Velha, além de utilizar as cores da bandeira de nosso Estado: azul, branco e rosa.



Selo do acervo histórico do TRT da 17ª Região

Antes de adentrarmos ao procedimento, não poderia deixar de destacar que o Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo teve a honra de fazer parte desse projeto maior, o PJe nacional, de forma que já está concluída nossa participação.

Dependemos, agora da aprovação em Brasília (e não mais do Espírito Santo). Saliento que o projeto é maior, contudo, em função do cronograma da equipe do PJe, alguns recursos serão incluídos posteriormente para aperfeiçoamento do procedimento.

O escopo do projeto foi definido por permissão de registro de interesse histórico manualmente por ação de usuário nos autos digitais. Tal registro deve armazenar as informações do usuário que efetuou a ação, quando foi efetuada e a possibilidade de descrição, pelo usuário, do motivo do registro. Estas ações de marcação do processo serão registradas nos eventos do processo e na auditoria.

O usuário efetuará o registro de valor histórico individualmente.

Haverá identificação visual, através de selo indicativo de valor histórico, nos processos marcados e na tela de consulta processual.

O selo de valor histórico poderá ser personalizado, como já foi falado, por cada regional.



Selo do acervo histórico do TRT da 9ª Região¹⁹

¹⁹ Disponível em internet: < https://www.trt9.jus.br/portal/pagina.xhtml?secao=32&pagina=SELO_HISTORICO >



Selo histórico aposto em autos físicos -TRT 17ª Região²⁰



Selo Histórico aposto em autos físicos - TRT9ª Região

Além do selo na capa dos autos, o projeto previu uma marca d'água, contudo, esta última, ainda sem aprovação.

Especificamente na configuração do PJe, há opção na configuração para escolha do selo histórico a ser utilizado, do TST ou do Regional, caso possua seu próprio selo. No sistema, há ícone para alterar a imagem, onde se seleciona o selo no sistema de arquivos do computador ou da rede.

²⁰ Disponível em internet: < www.youtube.com/watch?v=P5lOeuupsEU (video - 3:46) >

Denise: A operacionalidade do sistema neste particular é fácil, basta que a versão seja atualizada para que o sistema possibilite a seleção e registro do valor histórico, além da opção de substituição do selo específico do Regional pelo selo geral.

Aluysio: Para efetivamente marcar um processo histórico no PJe, basta chamar pelo número do processo, uma vez que na tela haverá a opção “atribuir valor histórico a este processo”, junto com as outras opções: “anexar” “baixar processo completo” etc. Então, uma vez que você baixe o processo completo, marcado como da memória, com selo histórico, ele já vem com PDF todo montado para isso, momento em que o usuário irá digitar o motivo da atribuição do valor histórico.

Denise: A versão inicial propôs a abertura de uma janela quando selecionada a opção “atribuir valor histórico a este processo”, com os critérios de valor histórico expressos nos atos internos que regulamentam o assunto ou no Ato Conjunto nº 2/TST.CSJT.GP, de 2014, para que o campo ‘motivo’ fosse apenas selecionado com um clique, de forma a facilitar a operacionalidade desta marcação.

No caso de haver ato interno, seriam configurados os critérios, que apareceriam na tela para seleção.

Entretanto, isso não foi possível, continuarei insistindo nesta opção, porque o ideal é puxar automaticamente o critério justificador da atribuição de valor histórico. Além de facilitar para o usuário, isso incentivará a preservação em qualquer fase do processo, seja na primeira liminar do juiz, na primeira análise dos assistentes do Juiz, na audiência, ou em qualquer outro momento. Que isso seja um facilitador! Não saiu da forma desejada, ainda!

Portanto, o que existe é a seleção e a justificativa mediante digitação, pelo usuário.

Aluysio: Acredito que este procedimento proposto pela Dra. Denise acontecerá mais cedo ou mais tarde, não tenho dúvida. Entretanto, para que ocorra é necessária uma grande estrutura para suportar esse tipo de inserção padronizada de dados.

Denise: Pretendo que esteja disponível para processos em 1º e 2º grau, quando houver atualização.

Aluysio: O nosso Regional liberou o código todo para sistema PJe, já está em Brasília, estão finalizando os últimos testes de homologação.

Denise: Será possível marcar o processo em todo acervo digital.

Aluysio: Havendo seleção, justificativa e confirmação para atribuir valor histórico, aparecerá o selo na barra azul, com o processo.

Denise: Saliento que, sem a devida justificativa, o sistema não permite a aposição do selo.

Aluysio: Uma vez atribuído o valor histórico, existe a possibilidade de retirar a marcação do selo, pois a opção “atribuir valor histórico a este processo” é substituída pela opção “retirar o selo do processo”.

Denise: Esta opção será muito utilizada, por ex., no procedimento de avaliação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos quando o valor histórico não for confirmado para o recolhimento. Da mesma forma ocorre atualmente com os autos físicos, visto que, antes do recolhimento, o selo é meramente um indicativo para guarda permanente.

Aluysio: Para esta opção de retirada do selo, da mesma forma que sua inserção, será obrigatória justificativa, também de forma manual.

Denise: De forma que será necessário digitar o motivo, para que permaneça no sistema o registro de tudo o que ocorreu e as razões.

Aluysio: Aproveito para salientar que o produto final do projeto parece ser muito simples. Contudo, houve muita discussão e planejamento para que o produto atendesse especificidades da Gestão Documental e da Memória, de modo que tudo que é realizado no sistema precisa ser registrado. Outra necessidade indica para definição de quem terá acesso para aposição do selo, bem como definições de segurança, questões estas ainda estão em aberto.

Denise: Destaco a relevância na identificação do usuário que retirou o selo e da justificativa, porque não sabemos como será o futuro das próximas gerações de Comissões Permanentes de Avaliação Documental, os entendimentos e a regulamentação do assunto.

Assim, ficará tudo registrado, de forma que poderá ser verificado o motivo, sempre que necessário, dando confiabilidade ao sistema.

Ainda com relação ao assunto, sugiro que cada Regional realize palestras para divulgar a possibilidade de atribuição do selo histórico junto aos magistrados e servidores. É necessário que sejamos multiplicadores do conhecimento e da valorização da Memória da Justiça do Trabalho. Afinal, o PRONAME infelizmente está parado, espero que em breve seja revigorado.

Além disso, saliento que cada magistrado é gestor e entendo, como dever do gestor, ser multiplicador.

Desde muito tempo que os magistrados presidem audiências, proferem sentenças ou relatam processos em julgamento deste Tribunal. Hoje somos gestores! Este é o primeiro passo e precisa dar bons frutos.

Precisamos divulgar este recurso e prestar esclarecimentos, para que seja efetivamente utilizado, para que o custo de produção deste recurso seja justificado. Nem que tenhamos que ir de Vara em Vara, a exemplo do que fiz quando foi criado o Selo “Acervo Histórico” no Regional onde atuo, quando desci os 12 andares do prédio, de salto alto, para falar com os servidores, porque sabia que iriam multiplicar de forma a permitir celeridade e maior alcance no acervo. Clamo aqui a quem é da memória, a quem é do arquivo, aos magistrados e servidores aqui presentes que divulguem a importância e fomentem o uso deste procedimento.

Pergunta do público: Sugestão de incluir uma rotina de inserção do selo no manual eletrônico.

Denise: Além de ter a rotina, nós também falamos como reforço, porque, as vezes, acontece de o servidor estar tão atarefado que não consegue ler o manual. Então o ideal é ter os dois, ter a explicação oral para o servidor, você chega e fala assim: “- Pessoal, estou aqui para conversar com vocês, posso ter 10 minutos de atenção?”. E em 10 minutos explicamos sobre o selo histórico, mas não da forma teórica que estamos explicando agora para vocês; mas sim de forma prática, assim: “ -Olha, tem esse campo, aperte aqui nessa ferramenta, etc...”. Também sugiro que levem impresso para as Varas o Ato que traz alguns exemplos de processos históricos, distribuir um para cada servidor e entregar em mãos a cada juiz, desembargador, servidor de gabinete e explicar sobre o material. Isso é ser multiplicador de conhecimento! Ser multiplicador é tornar isso viável, real, trazer para agora a nossa realidade digital, que é o que tanto desejamos.

Aluysio: Alerto para duas coisas: uma delas, a Dra. Denise está bem preocupada, é em relação ao cadastro e registro de temporalidade dos assuntos e o próprio assunto do processo. Isso é algo que ainda não foi definido.

Denise: Eu gostaria que a tabela de temporalidade estivesse inserida no próprio sistema, assim ao marcarmos o processo, ficaria tudo certo. Entretanto, esta parte não foi contemplada. Então o que vai acontecer? Nós iremos chegar com esses processos selados até uma determinada fase. E depois teremos que aplicar a tabela de temporalidade manualmente. Eu queria que fosse algo automático, para ele não poder ser mais alterado, mas eu não consegui isso.

Pergunta do público: Processos que são permanentes, desde o dia em que nascem, como as ações coletivas, não poderiam já vir selados?

Denise: Não. Essa era a minha ideia, mas não consegui isso, rejeitaram essa minha ideia. Na prática não funciona assim, tem que ir desenvolvendo aos poucos. Então eu creio que a próxima versão será aprimorada, com duas ferramentas que estão no meu objetivo: a temporalidade e o campo 'motivo', que poderá ser selecionado de forma automática.

Neide De Sordi: Gostaria de apresentar uma sugestão: quando forem desenvolver uma nova parte, realizem previamente o levantamento de todos os requisitos do módulo de gestão documental e preservação e depois desenvolvam por partes, porque uma coisa pode impactar na outra.

Aluysio: Isso! Certamente existe um planejamento. É lógico que prever todas as possibilidades remete a essa ideia, mas também é algo muito complexo. Finalizando, gostaria de abordar a forma de armazenamento dos processos de valor histórico para sua preservação.

Atualmente, o TRT 17ª Região possui estrutura com mídia de armazenamento rápido, os *storages*, que são de alto custo, e onde estão o PJe e os processos marcados com selo.

Temos dois prédios com *backup*, então se nosso prédio cair, o outro assume na mesma hora ou dentro de 10 minutos. Esta política é conhecida desde as Torres Gêmeas, porque uma torre possuía o *backup* na outra. Como ambas foram derrubadas, nada foi recuperado.

Quando o processo é arquivado, ele é armazenado para uma mídia mais lenta (armazenamento lento), o que torna menos onerosa a sua preservação.

Além disso, os processos que não são recolhidos para Memória, após sua temporalidade de fase intermediária, passam a ser armazenados em uma área de *backups* com fitas guardadas no cofre. Assim, se solicitada a recuperação de um processo que já foi arquivado e se encontra em fita de *backup*, é possível voltar com ele de alguma forma.

Denise: Não é permitido acesso geral à fita de *backup*. Quando se fala em processo eletrônico, o lixo sempre vai existir em algum lugar, ele não deixa de existir, não é como o papel que você pode queimar. Isso não existe no mundo digital, embora o acesso neste caso seja restrito. Caso seja necessário um processo nestas fitas, basta um requerimento, pois o usuário não tem acesso direto. Diferentemente do acesso aos autos de guarda permanente, nestes o acesso será direto e imediato, daí a importância de estarem marcados com o selo.

Aluysio: Finalmente, cabe ainda um comentário sobre armazenamento em “nuvem”. Há muita discussão sobre o assunto. Lembremos que a Justiça do Trabalho, em nenhum momento, pensou em utilizar “nuvem” privada como Google, Amazon ou Azure, ou algo análogo, pois elas possuem um objetivo comercial. A Justiça, e a Justiça do Trabalho especificamente, têm uma estrutura muito boa, considerada como uma nuvem, já implementada e sendo aperfeiçoada.

Denise: Agradeço imensamente ao Aluysio e toda a equipe do TRT 17ª Região, como o Dilácio e o Jonathan. Hoje apresentamos uma conclusão de projeto, que proporcionou bastante trabalho aos envolvidos, foram idas e vindas, esta é uma vitória para o Memojutra!

Muito obrigada pela presença e pela objetividade, pois a linguagem da T.I. é bastante diferente da nossa.

Oportunizada a abertura de perguntas ao público, os palestrantes foram indagados a respeito dos seguintes temas:

Pergunta de Mauricio, do TRT 4ª Região: A justificativa do selo histórico é visível para todos ou só para alguns perfis? A relação de processos selados não estava no escopo, então como a CPAD fica sabendo do processo que foi selado? Como será nas avaliações, nos storages de baixa performance, quando houver necessidade de migração, será uma nova base do PJe? Vai ser feita uma cópia da base do PJe só com os processos migrados?

Aluysio: Hoje temos desenvolvido o PJe, o case, a base dele está modularizada e distribuída em projetos. O nosso projeto foi esse, mas existe um projeto em andamento relacionado a essa parte de consulta aos processos que estão marcados como de valor histórico. Então é publica a visualização, viabilizada pela pesquisa que vai ser feita depois. Só que esse é outro módulo que está em andamento também, acho que já está finalizado, mas que contempla isso.

Na verdade, não existe uma discussão nacional concreta e substancial para definir esta questão do armazenamento. O que acontece é que cada Regional tem sua própria política. A nossa política é a de que os processos marcados permaneçam na base de acesso rápido, que é a base principal. Mas como essa base de armazenamento rápido é cara (em relação à base lenta, de menor custo), serão feitas avaliações contínuas. E num segundo momento passaria para mídia lenta e assim por diante.

Mas o acesso não é nada custoso, se for para uma mídia mais lenta. Quando falo ‘mais lenta’, refiro à tecnologia que se tinha há cinco, há três anos. Hoje o nível de hardware nosso é muito bom. Então essa preocupação não é muito válida.

O processo é dividido em duas situações que chamamos de binários. Em PDF estão os documentos do processo e tem a parte de metadados. Assim, quando falamos que o processo digital irá para o *backup* ou para fita de *backup*, os metadados, que são textos muito simples, irão continuar no sistema, porque são pequenos e não prejudicam o armazenamento. Então, caso haja pesquisa sobre o processo estes metadados irão informar se o processo está na mídia lenta ou se está na fita de *backup*.

Denise: Essa é a segunda etapa, eu creio que virá já no próximo ano. Só para esclarecer que Leonardo me passou que a versão 2.3.0 será lançada em caráter piloto no PJe em 14/11/2018 e será validada para todos os Regionais em 07/12/2018.

Pergunta de Ricardo Medeiros Pimenta, da IBCT: Como é feito o processo de hermenêutica do documento, onde você decide que esse documento irá ser marcado com o selo ou não? Eu entendi que alguns processos obrigatoriamente já são históricos. Mas em relação àquele processo que é mais “corriqueiro”, um processo comum que precisa de uma hermenêutica mais apurada do seu conteúdo, como essa avaliação seria feita? Vocês pretendem produzir algum tipo de documento que possa nortear isso ou criar uma comissão que possa averiguar o que as pessoas estão fazendo? Porque pelo que eu entendi, todos os servidores irão poder marcar esse documento, ou não? Se a princípio sim, então quem são essas pessoas que vão outorgar essa historicidade ao documento?

Denise: Ricardo, muito pertinente sua indagação. Hoje cada Regional tem um ato interno onde são relacionados os motivos sugeridos. Tem uma Comissão que gerou esse documento no qual elencaram, por exemplo, se o processo envolve indígena, se menor trabalhador ou se é um assunto relevante para a sociedade naquele momento. Todo Tribunal tem um ato interno onde esses motivos são sugeridos, mas o rol não é exaustivo, ou seja, não são só aqueles casos elencados que podem ser selados. Existe a possibilidade de selar o processo mesmo diante de um caso não mencionado naquela lista, desde que fundamentado em alguma razão interessante.

E o fato de inserir o selo não quer dizer que esse processo terá guarda permanente. Depois, a CPAD vai avaliar essa massa documental e na composição desta Comissão nós temos historiador, arquivista, T.I, cada cargo exerce uma função diferente. Então não é selado no nome de alguém, mas pelo cargo que ocupa, é uma visão mais técnica. E quando você exerce aquele cargo, você passa a fazer parte desta Comissão.

Pergunta do público: O perfil de quem não trabalha na atividade-fim permite a marcação de processos com o selo histórico? Questiono se há algum estudo em andamento sobre os processos eletrônicos administrativos, se neles acontece essa mesma funcionalidade.

Aluysio: O acesso é pelo PJe, que exige um cadastro de identificação. No PJe existem os perfis de diretor, de secretário, de calculista, não existe nenhuma dificuldade neste aspecto.

Se uma pessoa da história precisar ter acesso a essa massa para avaliação e pesquisa, isso pode ser feito. Hoje existe tecnologia para que isso aconteça, é transparente e tranquila.

Neide De Sordi: Gostaria de pedir à T.I. que quando fosse considerar esse arquivamento lento, pensasse na possibilidade de cumprir a resolução 43 do CONARQ e construir um repositório digital confiável, que fosse obedecida a norma ISO e a ABNT para que essa preservação seja feita dentro das boas práticas de preservação digital.

Denise: Eu gostaria de agradecer a Neide e o Aluysio pelas brilhantes palestras com as quais nos agradeceram.

Muito obrigada!

Denise Marsica da Couto

Presidente do Memojutra

Juíza Titular da 4ª VT de Vitória-ES

Aluysia Gomes Simões

Servidor do TRT da 17ª Região

Painel Temático II

Palestra 3: Ricardo Medeiros Pimenta²¹

Pesquisa e Arquivos

“O papel do documento para a Memória no século XXI:
As humanidades e sua transformação digital”

“

Bom dia! Eu gostaria de agradecer ao convite, sinto-me muito honrado de poder contribuir com a questão de Memória da Justiça do Trabalho. Foi muito enriquecedor ouvir essas primeiras palestras porque, obviamente, eu não sou da área da Justiça do Trabalho, sou um historiador que trabalha na área da ciência da informação, no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, razão pela qual estimo muito a questão da Memória, da documentação, da informação. Então poder ouvir os colegas falarem sobre o PJe, sobre suas dificuldades e vitórias, ajudou-me muito a elaborar melhor minha fala e direcionar alguns problemas que trago à luz da vivência que se tem nos TRT's, de modo geral.

²¹ Doutor em Memória Social, com estágio doutoral (2007-2008) na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* – EHESS de Paris. Mestre em Memória Social e Documento. Especialista em História do Brasil e Historiador. Professor da UFRJ - IBITC (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). Líder do Grupo de Pesquisa “**Informação, Memória e Sociedade**”, registrado em diretório do CNPq; Pesquisador de outros grupos como: “Estudos e Práticas de Preservação Digital”, “Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i)” e “Lavits: Rede Latino Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade”. Linha de pesquisa: informação, memória e seus lugares/dispositivos, aspectos políticos e econômicos do controle da informação, papel do documento e da tecnologia para os estudos sobre a Memória, o Esquecimento e as Humanidades Digitais.

Meu discurso transversaliza todas as falas até o momento. Debato a questão do documento e como ele, de alguma maneira, irá impactar nossa Memória. Discorro sobre o documento mediado ou fruto das novas tecnologias.

O primeiro passo seria considerar que há uma questão perene acerca da dialética relacionada à figura do documento. O documento, da mesma maneira que é um produto que favorece a preservação, o acesso e a recuperação da Memória, também é evidência clara da insuficiência da Memória, do fracasso dessa Memória.

Em que sentido? Precisamos criar registros, suportes, formas e externalidades da nossa Memória, que ficam sendo mediados pelo que chamamos de documento. A própria escrita já é uma forma de extensão da nossa Memória; é a codificação gramatical da nossa experiência oral, da experiência subjetiva e sensível, registrada em algum suporte, no caso, o papel ou mesmo o documento digital. Tal questão é posta desde sempre quando fazemos estudos sociais da memória. O diálogo de “Fedro”, obra de Platão sobre o surgimento da escrita, aponta a escrita como uma grande ameaça à Memória. Basicamente diz que a escrita evidenciará a morte da nossa Memória e que isso será prova cabal da nossa incapacidade de preservá-la.

De certa maneira, na história da humanidade, quando o homem se defronta com a tecnologia, há o medo que essa inovação seja evidência de sua incapacidade. Talvez estejamos discutindo tecnologias postas e soluções que, ora evidenciam nossa incapacidade de lidar com o cenário como ele está, ora apontam todo nosso potencial criativo de sobrepujar uma punção de morte que é a da Memória, a versão da Memória que se encaminha para o final, para o esquecimento, para o apagamento.

Essa situação da Memória está presente mesmo antes da escrita.

Na obra ‘Simónides de Ceos’, há uma passagem em que Simónides está num banquete real em Scopa, na Grécia antiga, e ao sair

deste banquete, o teto do palácio cai e vitimiza a todos. Vocês conhecem essa história? Já ouviram falar? Simónides foi o único sobrevivente e aquele que, pela sua boa memória, soube identificar as vítimas, localizando, pelo espaço da mesa do banquete, quem era quem. A partir daí há discussão sobre a arte da memória, enquanto um processo de construção arquitetônica de palácios da memória, de espaços. Na verdade, a isso precede a técnica da retórica na Grécia antiga, ou seja, se eu quero comunicar uma determinada Odisseia, como vou me lembrar de páginas e páginas de informações detalhadas, quando não havia páginas (registros escritos) de história? Então crio, na minha mente, na minha memória, imagens, lugares e espaços, muitas vezes esdrúxulos, como forma de resgate da memória, como, por exemplo, uma sala, em que ao entrar me deparo com um grande peixe em cima da porta. Isso se chama mnemotécnica, pela qual você faz essas associações como forma de resgate da memória e, a partir daí, se produzem elementos que auxiliam a recuperar e reproduzir aquela história.

Percebam que, de uma forma ou de outra, de maneira física ou simbólica, o que passamos e temos construído ao longo da nossa história são formas de externalizar, de criar materialidades como mecanismos de suporte da memória. Essas materialidades atuam como objetos ou lugares mediadores da memória e parece que estamos nos encaminhando para isso.

A construção destes elementos (gatilhos da memória) obviamente passa pela perspectiva da tecnologia e tecnologia é o que estamos discutindo aqui. Acabei de falar com o colega sentado ao lado, que a inovação é muito importante e necessária no nosso mundo, no séc. XXI. Mas a inovação, felizmente, nos convida a novos problemas. Sempre! Então inovação, enquanto solução, nos propõe novos problemas e, para resolvê-los, precisamos continuar a inovar. O PJe é uma inovação. O que vocês estão fazendo e lutando por isso, é uma inovação. E fatalmente essas vitórias trarão outros desafios, outras questões e

problemas. Então podemos pensar a tecnologia, tanto do ponto de vista de Marshall McLuhan, que trata a tecnologia como extensões do corpo humano, como pautada em Gilbert Simondon, que enxerga a tecnologia como algo relacionado à ontogênese do ser.

Pensemos em tecnologia enquanto fenômeno antropológico. E poucos antropólogos lidaram como a tecnologia, com exceção de André Leroi-Gourhan e Gilbert Simondon, que vão entender que a tecnologia não é um produto que está além da constituição ontogênica do ser. A tecnologia faz parte do ser, faz parte de homem, o homem é um ser tecnológico.

O filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto entende que a tecnologia é mediação - e de fato ela é. A tecnologia, o que nós estamos discutindo aqui, tudo o que vocês estão apresentando, são formas de construção de pontes, de soluções mediadoras para a manutenção e preservação da Memória, para o acesso à informação e à sua perpetuação, à circulação do conhecimento que se produzirá a partir daí. Mas não podemos ter medo, porque o medo nos paralisa.

O escritor norte-americano Edgar Allan Poe tem um conto chamado 'Uma descida no *Maelström*', onde narra a estória contextualizada em um redemoinho que se forma no mar da Noruega. Nesse conto, Poe conta a estória de um marinheiro que navegava numa região de Maelström (um turbilhão de água lá se formava em determinado momento do dia) e, passando ele neste mar no momento de um redemoinho, foi capturado em seu barco, que começa a descer pelo paredão d'água. Neste ponto da narrativa, o marinheiro fica paralisado por dois motivos: terror e admiração. Terror pela morte certa que se aproxima, pela sua vitimização pelas forças da natureza; e admiração pela beleza que ele está testemunhando, que é a parede de água na qual ele vai descendo, algo jamais imaginado. O marinheiro está acompanhado de seu irmão, que se amarra ao mastro do barco para não cair na água. Ao perceber isso, o mari-

nheiro se amarra em um barril e, contra qualquer perspectiva de sobrevivência, se lança ao mar, descendo mais devagar que o barco pela parede do redemoinho, pois o barril é mais leve. Pois bem, o barco se quebra, é destruído e o irmão morre. E ele, por conta da leveza do barril e do seu próprio corpo em relação ao mar, demora a descer, de forma que o redemoinho termina antes dele chegar ao epicentro e, assim, sobrevive.

Qual é a questão aí? Os desafios da tecnologia, muitas vezes, nos aterroriza e nos paralisa, no sentido de que não podemos nem ser tecnofílicos, nem tecnofóbicos em relação ao que vamos construir como elemento mediador da nossa Memória. Precisamos produzir elementos que nos garantam essa sobrevida no 'redemoinho' que vem apagar nossa Memória. Mas também temos que exercitar um certo pensamento crítico sobre as soluções que nos propomos, porque elas também podem, a longo prazo, macular essa Memória que tentamos preservar de alguma maneira.

Toda construção mnemônica tem um quê de quem a produz, de quem a preserva, de quem de alguma maneira, promove o acesso a essa Memória. Falo de uma Memória Institucional. Apesar de muitos de vocês serem atores importantes nessa situação em relação à Instituição, é necessário e sadio que se exercite um olhar reflexivo sobre como a Memória institucional está sendo criada.

Pensando a tecnologia, que traz a perspectiva de transformação digital relacionada ao desenvolvimento de formas de usos digitais, permite-se inovação, criatividade e estímulo à mudança significativa em domínios diferentes, sejam eles profissionais, técnicos, científicos ou acadêmicos. E o que percebo lá no IBICT - grupo de pesquisa de informação, memória e sociedade que coordeno - é que as próprias humanidades, de uma maneira geral, a história, a arquivologia, a ciência da informação, o direito, a comunicação etc, se pensarmos todas estas áreas do conhecimento, enquanto circunscritas num

grande termo “humanidades”, todas elas vêm passando por um processo de transformação digital. Todas elas vêm sendo convidadas a rever não apenas seus conceitos e teorias, mas também suas práticas metodológicas. Então, todos vocês passam por esse processo de transformação digital e ele, ainda que de maneira institucional, liga pessoas, processos e tecnologias.

Temos que considerar quais são os atores, sistemas, instrumentos e objetos que compõem essa tecnologia. Máquinas e dados produzem uma memória artificial e técnica sobre o que está sendo processado. E o que é processado entre essas máquinas e os sistemas? Muitas máquinas ou objetos técnicos, como Gilbert Simondon colocaria, podem ser representadas por sistemas e plataformas inteligentes (*Facebook*), *web* semântica, inteligência artificial, *machine learning* etc, todos esses elementos trabalham dados a partir de algoritmos e produzem metamemórias e metadados sobre aquilo que produzem. E obviamente, nós também nos relacionamos com as máquinas e com nós mesmos - embora cada vez menos, nós ainda nos relacionamos. Então, se percebemos essa relação, esse conjunto de processos possíveis entre pessoas, máquinas e dados, nós sairemos da perspectiva de ‘internet das coisas’, que alguns já devem ter ouvido falar, e passamos para uma perspectiva de *internet of everything*, que seria a internet de tudo, ou de todas as coisas, que é uma nova discussão que vem sendo atualmente colocada.

No Brasil, percebemos que essa perspectiva de dados, máquina, tecnologia e produção de informação é uma crescente exponencial. Temos um pequeno gráfico do número de registros realizados no Brasil, desde o ano de 1996 até 19 de junho de 2018, que está na ordem dos 4 milhões.

É importante perceber, enquanto agentes sociais de uma coletividade de informações mediada pelo elo digital, quais os impactos na memória nacional, local, nas memórias coletivas, das instituições,

para onde isso te leva? Essa produção massiva de registros evidencia a construção e a produção de mais e mais informação nascida digital, que dialeticamente, nos coloca em outra perspectiva interessante, a perspectiva entre volume e leveza.

Leveza, um conceito do Lipovetsky, remete à ideia de *cloud computing*, ou seja, a perspectiva da ‘nuvem’ é muito interessante porque a própria imagem da nuvem parece nos trazer uma perspectiva de leveza.



Na foto, o volume físico do modelo IBM 350, do ano 1956, com capacidade de apenas 5MB sendo colocado no avião e, ao lado, em paradoxo, a leveza de um cartão de memória digital de 128 GB. Fonte: Slide cedido pelo palestrante.

Fazemos assim: salvamos um arquivo numa pasta e pensamos depois decidir o que fazer com aquilo; mas nunca mais voltamos para aquele arquivo, aquele documento, foto, vídeo. E passado algum tempo não temos a mínima ideia de onde aquilo está. Esse comportamento não é uma exclusividade da nossa vida privada. As Instituições também possuem estes vícios, pois guardam no arquivo, no HD, no CD - alguém falou aqui que grava em CD, mas ele tem uma vida não muito longa, mesmo que guardado em armário climatizado.

Percebam que as mídias que nós guardamos os dados também não garantem absolutamente nada. Então, temos a questão da emulação, da melhoria que precisa acontecer nos sistemas. E, o mais paradoxal disso tudo, é que ainda o microfilme parece ser a

mídia que tem uma vida útil mais longa, desde que bem acondicionado. Será que precisaríamos investir em microfilme também? Mas a microfilmagem é cara e, ao mesmo tempo, o apelo da solução digital é muito grande. Então como buscar solucionar a questão da ameaça à preservação da Memória pela solução digital?

No mercado existe um livro chamado “Delete: a virtude do esquecimento na era digital”, do autor Viktor Mayer Schönberger, que aponta que o barateamento do custo favorece o aumento do recurso digital como opção de armazenamento. E a redução de custos dessas soluções, desses aparelhos, dessas plataformas acontece porque há demanda e pesquisa para isso.

Estou beirando os 40 anos e, como muitos de vocês, vivi numa época em que, na minha casa, tinha um computador da Gradiente MSX, que era a cartucho e isso era o máximo! Então, percebam, cada vez mais o recurso do digital fica mais acessível, mais barato. Ter um HD com tantos Giga de memória, há alguns anos atrás, era algo incrível e hoje 2 Tera de memória não é nada, para um HD (*Hard Disk*). Assim, como vão ficando cada vez mais baratas, as formas de armazenamento em suportes digitais nos conduzem para buscarmos essa solução e abandonarmos outras. Mas novas soluções nos levam também a novos problemas, obviamente. Então como fazer?

Primeiro, a tecnologia deveria nos auxiliar no processo de desintermediação da informação. Enquanto pesquisador, vou ao arquivo da Justiça do Trabalho, mas será que preciso contar com um indivíduo especializado para mediar o meu acesso à informação?

Quando nós temos a possibilidade de trabalhar com uma determinada plataforma (*software*), há neste processo busca e acesso à informação, portanto, uma desintermediação. Mas ela vai, digamos, só até a ‘página 2’, porque a T.I. (Tecnologia da informação) mostra que para cada plataforma, para cada *software*, você tem um exército de indivíduos especializados que pensaram e produziram aquela

plataforma, para poder favorecer a desintermediação do acesso à informação. Então, desintermediação da informação por completo não existe, mas é um horizonte a se buscar.

Para tal, segue minha pergunta feita sobre a questão do selo histórico. No caso, há uma comissão de pessoas que estão ali para averiguar e monitorar o que está sendo classificado como documento histórico. Sem competência e informação ninguém consegue trabalhar nem selo, nem PJe, nem o SEI, sistema eletrônico de informação que estavam mostrando há pouco. A meu ver, a preservação está intimamente ligada ao acesso e, enquanto historiador e pesquisador, tenho me colocado muito próximo de uma cultura aberta do *open source*, os *softwares* livres, inclusive o PJe é um *software* livre.

Sobre a questão do usuário, reflito quem é de fato o usuário? Quem pode acessar essa informação? Como tratar a questão da privacidade, dos nomes que estão no processo?

Existem formas de se tentar conjugar essa situação, com vocabulário controlado, com inteligência artificial, com *machine learning*.

É possível programar a própria máquina para identificar o que seriam nomes próprios e determinadas ações ou relações que remetessem a esses nomes, de modo que a visualização do documento poderia aparecer já com algum tipo de tarja.

Outra situação discutida hoje é a luta para colocar o selo histórico. A luta para fazer esse tipo de estrutura é Hercúlea! Mas é possível e necessário entender que há possibilidade, há um horizonte e ele não é trabalhado de hoje.

O que está se discutindo aqui é fruto de algo realizado ainda no final dos anos 40 e início dos anos 50, com o padre italiano Roberto Busa, que a partir de cartões perfurados preservou todo *Index Thomisticus* de Tomás de Aquino, entendendo a necessidade de se produzir um meio para preservar aquele conteúdo e pensar

numa forma de acesso desse material por diferentes pessoas, em diferentes lugares. Esse processo todo levou a um desenvolvimento dos estudos de documentalidade e de linguística, porque trabalhou a indexação, a lematização e a classificação, que seria identificação da raiz das palavras das obras de Tomás de Aquino. Mais adiante, durante os anos 70, houve um grande “boom” de uma iniciativa chamada TEI - *Text Encoding Initiative* - que está relacionada a todo processo de digitalização de documentos, sejam eles manuscritos ou não, para pesquisa e acesso. Isso nos joga claramente à ocerização (reconhecimento óptico de caracteres) dos documentos que são digitalizados, convertendo-os em arquivos pesquisáveis, algo que já é do conhecimento de todo mundo.

Percebam que, aquilo que enfrentamos hoje não é uma grande novidade. A novidade está em se pensar o que faremos com isso e, obviamente, com o desenvolvimento e expansão dos recursos digitais que deixam de operar em grandes computadores em salas de Instituições de pesquisa e passam a compor as escrivaninhas de todos nós, em nosso *desktop* particular.

O surgimento da internet, no início dos anos 90, possibilitou a conexão entre as pessoas de maneira global, e aí sim essa situação ganha uma nova possibilidade de ação. A partir disso, conseguimos perceber outras formas de se discutir e produzir o conhecimento, de acessar a informação. A partir da visualização de atores num determinado conjunto textual se consegue pensar numa outra conformidade informacional sobre aquilo que está ali e que muitas vezes, num processo de leitura corrida, não fica tão claro. Esses processos de visualização surgem no período dos anos 50 e 90, marcando o que se chamaria de “*Humanities Computing*” e que, a partir dos anos 90 e início dos anos 2000, chamamos de Humanidades Digitais ou “*Digital Humanities*”, que seria a junção com perspectivas da pesquisa em humanidades com tecnologias de informação e comunicação.

E sobre a Memória do Trabalho? Sobre esse tema, o primeiro passo é entender que existem muitas memórias.

Como Michael Pollak diz, “existem memórias subterrâneas”. Existem memórias que Henri-Pierre Jeudy diria serem memórias rosadas. Há as memórias institucionais, coletivas, individuais etc. Fala-se em Memória Institucional, Memória do Trabalho, Memória da Justiça do Trabalho, e essa parte é especificamente muito importante para se pensar Memória do Trabalho no Brasil e a Memória dos Trabalhadores, que é outra coisa, distinta. Percebam que Memória dos Trabalhadores e Memória do Trabalho, mediada pelas Instituições de Memórias relacionadas à Justiça do Trabalho, enfrentam situações diversas sobre suas políticas de arquivo, memória e políticas formadoras daquilo que a gente chama de documento.

O que é documento? Etimologicamente, documento nos remete à perspectiva do ensinamento, de ensinar, que está relacionado à palavra *docere*. O documento precisa significar alguma coisa para alguém, no sentido da validade, enquanto prova. E neste sentido, nos ensina o que é a verdade, o que é de fato, seja ele jurídico ou histórico, seja no processo de construção de uma perspectiva de que esse documento auxilia na construção do conhecimento, ensina.

A gestão documental é a senha, é a palavra principal, pois garante a melhor ou a pior preservação da Memória, seja ela Institucional, seja ela sindical, seja ela familiar, individual ou coletiva. A forma como nós lidamos com essa memória e com os objetos que mediam nossa memória é que vai definir o tipo de percepção do passado com que se construirá no futuro. Memória é sempre projeto de futuro, a sua base. Memória, na verdade, é resgate do passado. E o passado acabou, não existe passado. É muito ruim falar isso mas, repito, o passado acabou! Não tem como voltar no tempo e pegar algo. O que fazemos é, a partir daquilo que é preservado, projetar isso para um presente que nos chega ou para um futuro, enquanto projeto de

futuro. E o que se está discutindo aqui, em termos de gestão, em termos de política de memória e arquivo, é um projeto de futuro.

A Recomendação 37/2011, alterada pela Recomendação 46/2013, dispõe sobre a forma de tratamento, descrição, divulgação do acervo e critérios de respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas. A LAI (Lei de Acesso à Informação) constrói neste processo um campo de batalha: o direito de acesso à informação *versus* o direito a privacidade. Os dois - informação e privacidade - precisam, de alguma maneira, se conjugar e caminhar juntos. Um irá se sobrepujar ao outro, a partir da perspectiva de quem olha ou de quem se relaciona com essa documentação/informação. E isso precisa estar sempre em vista para resolver determinadas situações.

Então, a digitalização e a digitização (termo mais abrangente) representam volume de dados, documentos e informações. E aí, para já irmos fechando o assunto, surge a questão da imaterialidade do documento digital.

Sobre a questão, cito a obra de René Magritte, que fala da representação de um cachimbo. A pessoa precisa olhar a imagem abaixo e entender o que materialmente significa a figura do cachimbo.



A figura imaterial de um cachimbo remete à materialidade do objeto. Obra famosa do artista belga René Magritte.

Está escrito ali, na figura do cachimbo: “isso não é um cachimbo”. Disso advém a discussão sobre as imaterialidades do documento, lembrando que estamos discutindo o documento digital, digitizado, ou digitalizado.

O que eu quero trazer como elemento de reflexão crítica é que a imagem está relacionada; o documento digital pode ser tanto semelhança daquele documento físico digitalizado ou pode ser similitude do documento já nascido digital, ou seja, fruto de um processo de digitalização. Mas o importante, nos dois, é que o produto final destes processos (seja de digitalização e de digitização), ainda se atrela a alguma materialidade: ou a materialidade do documento original (papel que está em algum arquivo) ou a materialidade da estrutura técnica que dá o suporte a esse documento nascido digital (os servidores, *data centers*).

Temos que pensar na estrutura material que atua nos suportes de mediação da Memória. A materialidade continua a ser importante.

Houve um incêndio em 2002, no TRT do Rio de Janeiro, em 2015 no TRT de Goiânia e parece que também houve em Patos de Minas/MG. A questão do incêndio se tornou muito presente, porque queima e apaga a nossa materialidade, em prejuízo da Memória. Recentemente, o Museu Nacional do Rio de Janeiro também sofreu perdas. Tudo isso é prova do quanto estamos à frente de um desafio enorme, de se relacionar com essa questão digital, pois temos um prefeito que diz querer recompor o acervo do Museu Nacional, mas isso não é possível, porque houve perda material. Esta pessoa precisaria olhar a imagem do cachimbo e entender o que ele significa, porque não é possível recompor o que se perdeu. Vejam que a imagem 3D de um crânio não é o crânio em si, senão é uma figura imaterial que remete à ideia de um crânio. Da mesma maneira que “*Ceci n’est pas une pipe*”, temos que “*Ceci n’est pas un crâne!*”



A imagem 3D de um crânio não é o crânio em si, senão é uma figura imaterial que remete à ideia de um crânio

Crer na perenidade da informação em meio digital é arriscado se não houver meios constantes de acompanhamento tecnológico e atualização dos suportes, se não houver migração dos dados e informações para estes mais modernos. É como tentar escapar de Tântatos, que é o Deus da morte, quantas vezes for possível, apesar de “alimentá-lo” constantemente com o que se tornará obsoleto. A pulsão de morte, no sentido *freudiano* mesmo, nos impele a buscar formas para salvaguardar a nossa Memória, o que é, de uma certa maneira, salvaguardar nossa própria identidade.

Dos cartões perfurados, passando pelas fitas magnéticas, cassete, cartuchos removíveis, disquetes, CD-ROMs, CDs graváveis, DVDs, cartões de memória SD e *flash-drives*; tudo isso e, agora o armazenamento em nuvem, são indícios dessa cultura preservacionista e que responde ao que nós poderíamos chamar de pulsões de vida, que são as formas de construção, de inovação e solução para vencer, para fugir de “Tântatos”. Porém, nunca fugiremos, uma hora o “Deus da morte” chega.

Dessa forma, friso que a gestão é de fato uma espécie de ‘gramática’, ou seja, um conjunto de princípios e regras que regem produção da informação digital. Sem gestão não há regra, sem gestão não há norma, sem gestão não há procedimento que possa ser minimamente repetido de maneira a validar aquilo que nós produzimos. Gestão é a palavra! O desafio da memória hoje é a gestão!

Sem gestão de dados, sem tecnologia capaz de sintetizá-los, os dados se apagarão numa velocidade bem maior que qualquer papiro consumido pelo fogo!

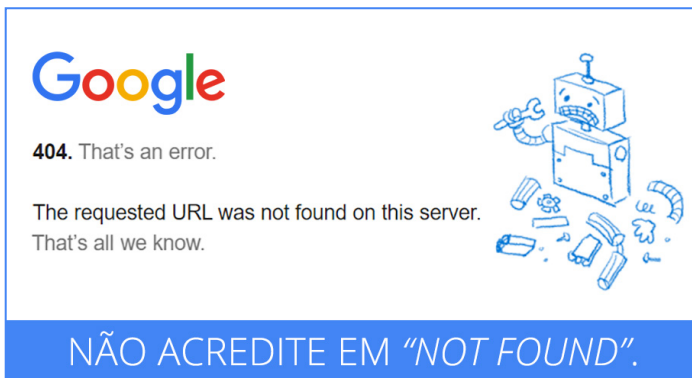
Assim, sobre a preservação documental em ambiente digital existem essas questões: fragilidade física e dos suportes, obsolescência tecnológica, questão de cópias sem controle, questão diplomática dos documentos digitais, renomeamentos (afetando a classificação e indexação), plasticidade (colocar o selo histórico mostra plasticidade, pois você está produzindo um novo documento, a partir do selo).

A respeito da perspectiva do cenário do PJe, fico feliz em saber que é um *software* aberto (*open source*), pois existe uma grande questão na discussão sobre *softwares*-proprietários. Há necessidade de entender esse data center que o Aluysio falou e me explicou bastante, e pensar nesta necessidade que eu também trouxe aqui, da ideia de um repositório digital confiável.

Um repositório digital dedicado a preservação digital desafogaria todo sistema do PJe. Isso é claro, é evidente, o problema é como fazer isso. O PJe foi um *software* desenvolvido com a finalidade de agilizar processos judiciais, não se preocupando em englobar funções relativas a avaliação, destinação e guarda permanente de dados, o que torna vulnerável a preservação dos documentos digitais. Esse trecho foi retirado de um artigo científico publicado em 2017, por Venâncio Silveira. Estamos em 2018 e essa perspectiva já mudou, o que é ótimo.

Se não desenvolvermos a gestão iremos contribuir para a distopia informacional. Sem a gestão, o volume nos leva à distopia! E nisto é importantíssimo o papel da curadoria digital, como forma de organizar o conhecimento, de classificação e recuperação da informação, ações da ciência da informação, que a Neide conhece bem, porque é da área. Com esses elementos conseguimos vencer também a perspectiva de que a informação se perdeu.

Por fim, um alerta: não confiem na mensagem de “erro 404”. Ela não está dizendo que a informação foi apagada, está dizendo que o caminho foi apagado. Mas está lá! Não acreditem em “not found”!



Erro 404 - significa que o caminho até a informação foi apagado, mas a informação ainda existe, ela está lá (memória).

Fonte: Slide cedido pelo palestrante.

Obrigado!

Ricardo Medeiros Pimenta

Professor Doutor em Memória Social e
Mestre em Memória Social e Documento

Palestra 4: Rafael Lamera Giesta Cabral²²

O Tempo e a Norma: Os usos do Fundo de Arquivo do CNT²³ para a reconstrução histórica e jurídica da Justiça do Trabalho



Já acompanho os trabalhos da Justiça do Trabalho há algum tempo, mas esta é a primeira vez que tenho a oportunidade de dialogar com vocês. Cumprimento também o Dr. Ricardo Medeiros Pimenta. E tenho algumas questões preliminares.

Num primeiro momento, gostaria de apresentar a trajetória do papel do pesquisador quando comparece a um Centro de Memória dos TRT'S e do TST e quais os desafios eminentes neste processo. A maioria das vezes, nossa escolha não ocorre de forma tão clara e objetiva. Nem sempre temos clareza sobre o que encontraremos ou o que queremos buscar num acervo.

Quando olho para um acervo, no caso de processos judiciais, vem à tona uma metáfora utilizada por Carlos Ginzburg, sobre o 'fio do relato'. Na obra intitulada "O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício", Ginzburg conta que, quando Ticeu entra no labirinto para matar o Minotauro, ele guiou-se por um fio, e o mito diz que, de fato, ele conseguiu matar o Minotauro. No entanto, o mito não fala sobre os rastros deixados por Ticeu no labirinto.

²² Doutor em Direito, Estado e Constituição. Mestre em Ciência Política e Bacharel em Direito. Professor da Universidade Federal Rural do Semiárido. Editor-chefe da Revista Jurídica da Universidade Federal Rural do Semiárido. Pesquisa: Administração Pública, com foco na gestão democrática nos Conselhos Municipais e Gestão de Risco Institucional.

²³ Conselho Nacional do Trabalho

Quando nós encontramos a anarquia, que é característica de um acervo documental tão profundo com relatos de história de pessoas que talvez não quisessem voluntariamente produzi-los, mas que por uma contingência do tempo, de uma necessidade de sobrevivência, chegaram às portas da Justiça do Trabalho relatando a sua vida, seus desafios, colocando no papel, às vezes, o indizível, nem sempre estes rastros podem ser identificados nos próprios documentos. E isso fica muito significativo quando nós pensamos no desafio que de fato é estabelecer estes rastros. Quando nós olhamos com um pouco mais de atenção, e o papel do pesquisador está muito relacionado às necessidades de estabelecer limites ao seu objeto de pesquisa, recortes temporais, quando nós olhamos as datas, as datas são como pontas do *iceberg*, nos ajudam a desvelar cronologicamente o tempo, mas nem sempre são capazes de revelar o processo histórico que aquilo representa.

Esses desafios influenciam diretamente na atividade do pesquisador, e no meu caso, como historiador do Direito, o desafio aumenta significativamente, porque trabalhamos com as ordens do tempo: passado, presente e futuro.

Como o professor Ricardo Medeiros Pimenta mesmo já dizia, o passado já se foi, não é alcançado diretamente. Isso tudo é curioso porque hoje, se eu começar a falar para vocês que em determinado momento havia trabalhadores manifestando-se em busca de melhores condições de trabalho e que a polícia militar foi acionada e combateu de forma vigorosa esse movimento, muitos de vocês, por um ato de lembrar, ligariam os fatos que aconteceram aqui, na cidade de Curitiba, alguns anos atrás, com a polícia militar e os professores que foram fazer uma visita ao movimento. Mas nós também poderíamos falar que este aspecto surge de uma experiência que aconteceu em 1934, quando sete trabalhadores de uma mina de carvão, no interior do Rio Grande do Sul, na cidade chamada Arroio

dos Ratos, também foram expulsos pela polícia local. Mas para chegar neste processo, preciso trabalhar outra perspectiva com vocês, sobre a trajetória de uma pesquisa.

A minha tese de doutorado é baseada em um único processo do acervo do Conselho Nacional do Trabalho. No desdobramento desta pesquisa, era necessário responder uma questão latente: **Qual o papel do historiador do direito?** Pensava que estudássemos o passado. E mais à frente, descobri que não estudamos o passado, e sim as ações dos homens no tempo, para lembrar o historiador francês Marc Bloch.

Havia a preocupação significativa quanto aos relatos na Justiça do Trabalho. Era comum dizer que a Justiça Trabalhista sempre fora paternalista, como também a ideia que no Brasil essa Justiça surge a partir de 1930 e que o Direito do Trabalho surge com Getúlio Vargas. E em minha pesquisa de mestrado eu me questionava: mas se 80% dos trabalhadores na década de 30 eram trabalhadores rurais, porque a regulação do direito do trabalho surge para os trabalhadores urbanos? Se Getúlio Vargas é o pai do Direito do Trabalho, pai dos pobres, como alguns dizem, o que essa massa crítica produzida no período me ajudaria a compreender esse processo.

Comecei então a andar pelos TRT's da 1ª, 2ª e 15ª Região. Algumas hipóteses que surgiram: será que quando a CLT foi outorgada, em 1943, algum trabalhador rural pleiteou, por analogia, a aplicação da mesma proteção urbana? Será que existe memória de ações ou iniciativas desta natureza? E embora eu tenha encontrado um caso ou outro, indicaram-me o acervo do Memorial do TST.

Como meu doutorado ocorreu na Universidade de Brasília, fui até lá, onde encontrei o Luiz Fernando, que gentilmente me acolheu e me informou que havia muita coisa digitalizada. Ele me apresentou ao Leonardo e, mais tarde, a Rosemari. Todos me ajudaram muito.

Descobri que praticamente tudo estava digitalizado, trouxe meu HD, assinei um termo de responsabilidade e compromisso, e fui para casa me divertir por longos três meses (manhã, tarde e noite).

Passsei esse tempo lendo processos, iniciais, manifestações dos procuradores, vendo como os conselheiros do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) decidiam e julgavam.

Com acesso a 976 processos e utilizando os filtros que a Academia nos impõe, cheguei a um número de 36 processos que me ajudariam a representar a História do Direito do Trabalho, do Direito, da Justiça do Trabalho. Contudo, mudei completamente minha metodologia e tentei produzir um trabalho de micro história, que consiste na redução da escala de observações sobre um determinado fato. Então me ative à preocupação acerca do impacto de uma reclamação trabalhista na vida do trabalhador e para o empregador, qual o papel do CNT para mediar esses conflitos entre empregado e empregador?

Selecionado o caso, que começou em setembro de 1934, o Conselho Nacional do Trabalho recebeu reclamação trabalhista sobre a alegação de que SETE mineiros haviam sido expulsos pela polícia local por serem considerados indesejáveis. Destes, cinco eram servidores estáveis, atuavam nas minas de carvão por um período superior a dez anos. E é curioso observar o processo, porque a reclamação foi intermediada pelo Sindicato dos Mineiros de Arroio dos Ratos que apontava demissão sem proceder abertura do inquérito administrativo para apurar faltas graves, procedimento que desde 1932 era obrigatório aos que gozavam de estabilidade, “os decenais”.

A reclamatória trabalhista trazia que 2 mineiros não tinham estabilidade, mas foram demitidos sem razão alguma e pediam a reintegração ao trabalho porque a Companhia de Estradas de Ferro e Minas de São Gerônimo havia violado o direito deles, por não ter procedido ao inquérito administrativo para apurar falta grave.

A empresa contestava, alegando que não houve demissão, mas expulsão pela polícia local, razão pela qual não seria necessário inquérito administrativo, porque significava que eles eram subversivos, devido a seu envolvimento na greve geral, motivo da prisão pela polícia. A defesa alegou, ainda, que pela Constituição de 1934, a empresa não se responsabilizaria pela indenização em virtude de dispositivo que responsabilizava o causador do dano, no caso a polícia.

Com uma série de outras informações fui até a cidade de Arroio dos Ratos e descobri que lá havia resquícios da estrada de ferro e um espaço de Memória com documentação farta, documentações institucionais que fomentaram o museu estadual do carvão e que todos os documentos estavam lá à disposição.

Com o processo trabalhista, percebe-se que as estratégias utilizadas por estes empregadores buscavam as regras e o jogo do direito, o processo trabalhista faz um papel significativo de inflexão na forma como a relação entre o trabalho e capital se organiza, porque a partir do momento em que o Conselho Nacional do Trabalho e seus inspetores regionais intervêm neste processo, exige-se dos empregadores que reduzam, em documento, toda argumentação que será revisada.

Em um segundo plano, isso inverte completamente a lógica, porque embora o papel aceite tudo, nem tudo pode ser colocado no papel.

Isso significa que, devido à legislação e a forma como o processo surge, cria-se um movimento duplo, com a capacidade de produzir texto, texto que reflete sobre determinado momento e movimento.

E isso é significativo para nós, historiadores do Direito, que olhamos com muitas dúvidas quando vemos documentos desta natureza.

Isso me lembra a Grécia Antiga, principalmente entre a transição da sociedade não escrita para a escrita, aquele que tinha o poder do Arcont, num livro do Jacques Derrida intitulado “Mal de

Arquivo”. Esse livro destaca quem possui competência ou habilidade de estabelecer sua proteção pela natureza histórica, quem decidia isso naquele tempo.

Quando se produz um documento, temos essa desconfiança: quais são os interesses, os objetivos que geram a produção de um determinado documento? Claro que não me refiro ao processo do acervo digital, faço referência ao processo, a defesa, apresentação do próprio procurador, dos conselheiros do CNT, o cuidado e a preocupação deles em colocar estes documentos. Então nós temos uma genialidade.

E qual é essa genialidade? A micro-história permite lançar luz, naquilo que talvez não fosse possível ser incluído num processo. As senhoras e os senhores são juízes, membros do Tribunal, passaram anos e anos, dias e dias dedicados à leitura de documentos... Nem sempre a história de horror de uma determinada pessoa pode ser traduzida numa linguagem factível. E, neste caso, pelo trabalho da micro-história, consigo demonstrar que a demissão destes trabalhadores, que foram expulsos pela polícia local, estava ligada diretamente à visita do Ministro do Trabalho Salgado Filho nas minas de carvão, três dias antes da explosão das minas.

E é curioso observar que os jornais da época replicavam a ideia de que ali, trabalhadores e empregadores caminhavam de mãos dadas numa grande harmonia.

Não preciso relembrar aos senhores e senhoras, as dificuldades que deveria ser mineiro numa mina de carvão a 60, 80 metros de profundidade abaixo da terra, com água pelo joelho, num trabalho diário de 12 a 14 horas. Levantando esses dados e documentos à pesquisa, realizei uma historiografia sobre o Sindicato dos Mineiros, consegui identificar quem eram estes mineiros, com quem eram casados, quando morreram, de onde eram e se eram estrangeiros (alguns deles eram).

Mas há situações de pesquisa que são significativas. Estava caminhando na cidade de São Gerônimo, uma cidade pequena, banhada pelo Rio Jacuí, quando cheguei ao cartório para pesquisar nomes, data de nascimento, óbito, casamento, e a atendente perguntou o motivo do interesse. Quando lhe informei que era pesquisador, ela contou que havia uma história de um mineiro famoso na cidade, Adalberto Timóteo dos Santos, e que talvez isso ajudasse, e que a neta dele trabalhava na rádio da cidade. Curiosamente o restaurante onde eu almoçava era ao lado da rádio. Falei com a neta que me encaminhou para a mãe dela, informando-me o endereço. Cheguei lá, uma senhora muito idosa, gentilmente me recebeu, mas como não me conhecia, pediu para que eu retornasse no dia seguinte. Ao retornar a senhora estava acompanhada de toda a família e, mais segura, entregou-me um documento que era a história de vida do Adalberto Timóteo dos Santos, intitulado “A legião dos condenados”, do qual fiz cópia. Ela me informou que ele, natural de Porto Alegre, aos nove anos começou a trabalhar em uma tipografia e era, simplesmente, encantado com as letras e os documentos. E isso o fez buscar essa iniciativa de registrar o seu nome, suas informações, suas memórias naquele documento. Este mineiro era um dos fundadores do sindicato dos mineiros de Arroio dos Ratos, mas o que é mais impressionante neste processo é que ele havia sido umas das testemunhas do meu caso.

Então, no cotejo entre as outras informações institucionais, eu consegui trazer à tona que ali a legislação trabalhista acabou criando outro local de direito na mina de carvão, que não estava circunscrito às Juntas de Conciliação e Julgamento da época, ou mesmo ao CNT.

E esta duplicidade de locais de trabalho estabeleceu um empoderamento significativo àqueles trabalhadores que participaram em movimento de resistência e ajuste nos conflitos entre empregado e empregador, em um determinado momento.

Quando nós olhamos uma perspectiva do micro para o macro, nós observamos que talvez, embora essa seja uma história repetível, isso pode ser muito significativo para compreendermos outras histórias e outros relatos sobre situações como essa.

O caso em si é muito rico de informações, porque o delegado de polícia, José Maria de Carvalho, era o Prefeito da cidade e também ex-diretor de Companhia de Minas de Carvão. Então, encontrei documentos no acervo em que havia contratos entre o diretor da mina e o prefeito, para estabelecer o posto policial dentro da mina. E o próprio empregador bancava o salário, o fardamento e a própria casa do policial. Havia um posto da brigada militar dentro da mina! Estas relações são muito significativas, porque quando se avança um pouco mais sobre a questão, vemos o papel significativo da Justiça do Trabalho. Neste processo, ela consegue estabelecer mediações que nem sempre são possíveis de serem colocadas no papel.

Nas minhas visitas, mais à frente, cheguei ao acervo e descobri, em Arroio dos Ratos, uma pasta chamada “código de nomes próprios”, arquivado em 1939 (meu caso é de 1934 a 1938).

Nesta semana, consegui trazer uma série de linguagens codificadas e o que significa o código de nome próprio? Estabelecia uma relação de nomes próprios, onde havia situações e o nome de determinadas pessoas, codificado em uma linguagem. Trouxe um fragmento para vocês: Uma greve passaria a ser denominada de Abdias; já Adalberto ou Ananias era o código que fazia referência ao delegado de polícia de São Gerônimo; General Flores da Cunha era reconhecido como Adolfo; Almeidas era referência aos operários; Ademir representava o chefe do pessoal da brigada militar nas minas de São Gerônimo; Dirceu era o nome do Conselho Nacional do Trabalho; Getúlio Vargas era conhecido como Caetano; Oswaldo Aranha como Calixto; o advogado da Companhia era nomeado como Hugo; o embaixador dos EUA era conhecido como Valério; Juvenal

era utilizado para expressar o entendimento direto entre os operários e o diretor da companhia Roberto Cardoso para aumento de salários; greve geral era reconhecida como Elói; Fornecimento de carne, Jardel; de gêneros, Romancino; de Pão, Luís; família do Juvêncio significava empreiteiros; família do Ludovico, os locadores; Família do Vital, os furadores; se as greves fossem na cidade de Butiá chamar-se-iam Belmiro; se fosse em Arroio dos Ratos, Juvêncio; se atingisse as duas minas seria Clodovil. O jornal Diário Notícias era intitulado Herculano, José Maria de Carvalho, que era o prefeito, delegado e ex-diretor da companhia era conhecido como Zacarias; Luís Carlos Prestes, de Rufino; o presidente do sindicato dos mineiros era identificado ora como Laerte, ora como Nicássio; O Partido Comunista, de Leopoldo; os parentes do Abílio eram os patrões; os parentes do Frederico eram os ajudantes; os parentes do Oswaldo eram os diaristas; o subdelegado da polícia das minas era Murilo; o de Butiá, Modesto; Serafim era o nome indicado ao Ministro do Trabalho; o Tribunal de Segurança era indicado como Teobaldo; as minas de São Gerônimo, de Marias; a referência ao Sindicato, José ou Carlos, a censura era nomeada como Tiago, e o intendente de São Gerônimo, que era o prefeito, era também conhecido como Isaac.

Quando observamos esses usos e estratégias para exteriorizar os diálogos e as ações em torno daquilo que se registra oficialmente, percebe-se que se trata de um aperfeiçoamento significativo do sistema de controle e vigilância, mantidos pela companhia, não apenas contra as organizações operárias, mas sim contra qualquer pessoa ou grupo que representem resistência aos seus interesses.

Os usos de códigos linguísticos ao desnaturalizar a repressão reflete uma mudança de forma que permite institucionalizar um novo tipo de violência contra a organização do trabalho e que nem sempre um processo trabalhista é capaz de identificar, porque nem sempre isso é visível, nem sempre é encontrado.

Então o papel que nós, os historiadores do Direito, podemos prestar em homenagem à história institucional da Justiça do trabalho é produzir novas interpretações que sejam capazes de trazer luz ao presente, num primeiro momento, porque nós temos um compromisso com o futuro.

É trazer um futuro que não que seja estéril de expectativas, um futuro que seja potencializador de novas alternativas, de novos espaços de liberdade, de novas formas de democracia e de aprimoramento das relações sociais.

Muito obrigado!

Rafael Lamera Giesta Cabral

Professor Doutor em Direito, Estado e Constituição
e Mestre em Ciência Política

Boas Práticas e Siabi

Marlon Saraiva Maia da Silva²⁴

Sistema de Automação de Bibliotecas, Arquivos, Museus e Memoriais

“

Boa tarde! Primeiramente, gostaria de agradecer em nome do Sistema de Automação de Bibliotecas, Arquivos, Museus e Memoriais (SIABI), o convite para participar dessa edição do Encontro da Memória da Justiça do Trabalho.

Conversaremos sobre a contribuição do SIABI, como sistema para administração e apresentação do conteúdo arquivístico dos Centros de Memória do Brasil, em especial dos Tribunais da Justiça do Trabalho.

Lembrando que a ferramenta está presente em 23 estados da Federação e Distrito Federal, sendo utilizado em todas as Bibliotecas dos TRT's e em nove Centros de Memória da Justiça do Trabalho.

O SIABI é um sistema de automação baseado em padrões da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) e na internacional ISADG (sigla em inglês para 'norma geral internacional de descrição arquivística'). Porém, nossa preocupação não foi apenas inserir os padrões de descrição arquivística, mas também disponibilizar um site completo, totalmente integrado, com o objetivo de possibilitar visibilidade para o Memorial.

²⁴ Representante da empresa desenvolvedora do *software* SIABI.

Possuímos mais de 10 anos de experiência com descrição de processos. Iniciamos com o TRT da 4ª Região/RS e o modelo-base é utilizado por diversos Regionais, como os TRT's da 7ª, 9ª, 17ª e 25ª Região, dentre outros. Entretanto, disponibilizamos customização para adaptar o sistema à realidade do cliente.

Gostaria de ressaltar que é um trabalho conjunto, desenvolvido com a colaboração dos diversos Regionais.

Além do registro de documentos, o SIABI possibilita registro de objetos tridimensionais como pastas, aparelhos telefônicos, botons, bustos, carteira de trabalho, tudo seguindo a NOBRADE, que se for armazenado no sistema, proporciona a rápida recuperação na interface *web* que foi desenvolvida.

Sobre a interface *web*, iniciamos os trabalhos em 2016, para construção de uma nova página institucional junto com a interface que já existia. Ela disponibiliza para o arquivista, a possibilidade de criar páginas institucionais com apresentação da equipe, informações do acervo, sem depender de demanda da equipe de informática ou de programação do Regional, tudo isso através do SIABI.

Para busca do acervo, foram incorporados elementos que oportunizaram maior facilidade de acesso e visualização de documentos na íntegra. Para o acervo iconográfico e audiovisual, a busca também sofreu uma repaginação com ajuda do pessoal do TRT de Minas Gerais e do Mato Grosso do Sul, pois elaboraram uma padronização com objetivo de deixar a informação mais clara.

A linha do tempo também foi inserida para propiciar cadastro de imagens, vídeos, áudios relacionados à história da Instituição, do Estado ou até mesmo da Federação, fatos marcantes etc, isso tudo de forma interativa e cronológica.

E por fim, graças ao auxílio do TRT de São Paulo, nós desenvolvemos um novo módulo para galeria de eventos e exposições, o

carregamento das imagens é semelhante ao aplicativo Instagram, no qual se cadastram as imagens relacionadas ao evento e são disponibilizadas para o usuário. As pessoas conseguem curtir e compartilhar nas redes sociais, trazendo interatividade para a aplicação.

Por fim, gostaria de reafirmar nosso compromisso na jornada pela preservação dos acervos arquivísticos e documentais de valor permanente, a fim de contribuir com a Instituição e os Centros de Memória da Justiça do Trabalho.

Obrigado!

Marlon Saraiva da Silva

Consultor técnico

Cláudia Torquato Farias²⁵ e Ana Carola de Siqueira²⁶

Memorial Interativo no TRT 24^a Região



Cláudia: Boa tarde! Início minha fala apresentando a nova sede do Memorial da Justiça do Trabalho de Mato Grosso do Sul. Esse projeto começou em 2008, quando tivemos a primeira reunião com o arquiteto Nivaldo Vitorino. Entretanto, um pouco mais tarde conheci o museu da língua portuguesa e fiquei encantada, e foram realizadas muitas alterações. A reprogramação deu prioridade à interatividade, deixando para trás a visão estática que estava no projeto anterior.

À época, discutimos o que seria apresentado no memorial interativo e que tipo de informação seria divulgada. Optamos pelo tema “trabalho” desde a sua origem, da era paleolítica até os dias atuais. Para tanto, contamos com antropólogos para nos ajudar no projeto. Então, no módulo 1, apresentamos a antropologia do trabalho desde o Brasil Colônia e Brasil Império.

Fizemos um convênio com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), onde conseguimos os artefatos líticos da época. São peças originais que nos cederam para integrar o Memorial, representando as primeiras ferramentas trabalhadas pelo homem na era paleolítica. Com isso pensamos: bem, ótimo, maravilhoso, mas e agora, como é que iremos promover essa interatividade?

²⁵ Servidora pública do TRT 24^a Região/MS.

²⁶ Colaboradora da empresa AQUA.

Foi aí que, pesquisando na internet, encontrei a Ana Carola que, com sua *expertise*, captou nossa ideia. Eu disse: quero interatividade. Ela disse: tenho um produto que vai te atender. Então, começamos as tratativas que envolvem aquela burocracia que vocês conhecem. Ao final da exposição, caso tenham interesse, coloco-me à disposição para explicar um pouquinho o procedimento adotado para atender a essa burocracia. Além disso, foi sendo realizada a parte da interatividade, que tomo a liberdade de passar para a Carol explicar.

Ana Carola: Em virtude de adaptação de tecnologia envolvida não será possível projetar a interatividade na tela grande, mas trouxe aqui na tela do *notebook*, não sei se conseguirão ver, para sentirem um pouco do que estamos fazendo no TRT 24^a Região.

No módulo 1, estamos trabalhando com a interação direta de informações, disponibilizando tudo o que está no SIABI. É possível trabalhar o conteúdo de imagens, de forma que o visitante poderá acessá-la de casa através de QR Code. Ele conseguirá ver detalhes de tudo o que está sendo apresentado e compartilhar com amigos. Assim, o pesquisador, de dentro do Memorial, poderá compartilhar informações imediatamente para um par. A ferramenta é simples de usar, com um ou dois toques, retorna-se ao *menu*.

Trabalhamos em conjunto com a Cláudia Torquato, nós com a tecnologia e a Claudia com a questão histórica, então, aprimoramos o produto e criamos módulos para atender os Memoriais. Com ampla pesquisa criamos um organograma do Poder Judiciário. Se clico em STF, obtenho diretamente informações sobre esta Corte, de modo que aquele usuário, aquele consumidor que está no Memorial buscando informações, possui diversos campos de acessos.

Cláudia: O 1º módulo trabalha antropologia “Brasil Colônia”, o 2º fala sobre a República, Era Vargas e Período Militar, o 3º módulo traz o Poder Judiciário, no intuito de ampliar o conhecimento do usuário,

para contextualizar e localizar a Justiça do Trabalho no Poder Judiciário. A exploração cabe a cada pesquisador, a cada usuário.

Ana Carolina: Esta interatividade irá desde documentos, imagens e vídeos, até o *website* do STF ou outras instituições, durante todo o processo de consulta do organograma. Outra ferramenta é a linha do tempo. Mas como disponibilizar uma linha do tempo tão grande, tão extensa, com tanta informação?

Cláudia: A linha do tempo inicia-se no ano de 1822, porque partimos da antropologia, com o assunto trabalho desde a família real, como se originou, como evoluiu, enfim, disponibilizamos vasto material sobre esta temática. Além de ser uma linha do tempo bem extensa, pretendeu-se que o usuário tenha a percepção de estar no passado, desde a paleta de cores que remete ao passado e ao presente, até uma era futura, tudo através da existência do TRT no Mato Grosso do Sul.

Na linha do tempo, destacou-se em azul o momento da instalação do TRT 24^a Região, a fim de elucidar a importância da Justiça do Trabalho para este Estado da Federação e proporcionar ao usuário a sensação de orgulho de pertencer ao Estado.

A linha do tempo divide-se em fatos que ocorreram no mundo, no Brasil e no Poder Judiciário. Salienta-se também a atuação da Justiça do Trabalho desde sua criação em 1962, quando ainda pertencia à 2^a Região (TRT de São Paulo). O intuito é que o usuário saia satisfeito e orgulhoso de pertencer ao Mato Grosso do Sul.

Ana Carolina: Também integramos documentação. Quando se clica nas respectivas lupas, abre-se um menu de informações, se ele quiser ver uma foto do Dom Pedro, um vídeo, outros tipos de iconografia ou pinturas, tudo aparecerá de forma interativa, o que amplia a pesquisa.

Claudia: A ideia é que o usuário viaje no tempo através de vídeos, imagens, site de onde ele pode pesquisar mais sobre o assunto e com a

vantagem de poder levar essa informação com ele, por meio do QR Code. Ferramenta bastante popular entre jovens e muito utilizada através do celular, o QR Code possibilita o compartilhamento e a divulgação da informação e do conhecimento.

Carol: Pretende-se transformar o memorial em uma área de acesso público e cultural, difundir um trabalho muito bonito de memória, de levantamento histórico e que muitas vezes a comunidade desconhece. É inclusão no circuito cultural.

Cláudia: Solicitei à Ana Carolina a apresentação dos 3 módulos que estão prontos, entretanto, no total serão 10 módulos.

O módulo 5 irá divulgar a Justiça do Trabalho do Mato Grosso do Sul desde sua criação, possibilitando ao usuário navegar através deste mapa.

No módulo 6 serão divulgadas as decisões históricas, por exemplo, trabalho da mulher, do fronteiro, do pantaneiro, casos com indígenas, situações incomuns vivenciadas por juízes, etc.

O módulo 7 se refere aos projetos socioambientais do TRT-MS. São projetos em que temos a participação de acadêmicos, Projeto Educação, Trabalho e Justiça, Projeto do Trabalho Seguro, dentre outros. Será possível conhecê-los desde sua criação, com regulamentação, fotos, vídeos, sites.

Haverá três móveis para acomodar o acervo museológico. Um deles conterà pertences do Presidente, como homenagens, comendas, medalhas ou outras circunstâncias que pretenda divulgar, além de um vídeo de boas-vindas da autoridade maior da Corte ao usuário. Outro móvel será reservado para retratar a Ordem ao Mérito, bem como um totem para navegação por essa temática, como foi constituída, seus objetivos, sua regulamentação, as solenidades, os agraciados etc. Assim, o usuário conhece um pouco de nossa história.

Ana Carolina: Desta forma, a exposição física é complementada pela documental, porque o usuário terá acesso ao documento através da cópia digitalizada, favorecendo assim a conservação do original por ser pouco manuseado.

Cláudia: Outra ferramenta interessante será o livro digital, formado fisicamente por duas telas de 32 polegadas. Nele será possível folhear páginas de documentos como a ata de instalação do Tribunal, do livro de 15 anos do Tribunal, dentre outros.

Em outro mobiliário, duas telas de 48 polegadas que retratará as áreas de apoio administrativo e de apoio judiciário. Serão disponibilizadas informações relacionadas ao apoio judiciário como estatísticas, fluxogramas de processo, PJe, e de apoio administrativo, informações acerca da transparência do Tribunal, para compreensão do funcionamento da Justiça do Trabalho.

No móvel 5, serão expostas peças museógrafas referentes às togas, relógio de ponto, primeiro computador. Tecnologia e informática para definir e comprar o *software* IWAN. Com o *software* foi diferente, pois o Tribunal possui programadores. A solução foi trabalhar com modos de licença, nos moldes do SIABI.

Ana Carolina: A licença possibilita o uso para qualquer tamanho de Memorial. O *software* possibilita diversas funções em uma única tela, vários módulos. E a forma de compra é muito simples. No Brasil, não existem *softwares* deste tipo, o único é o da AQUA, o nosso concorrente mais próximo está na Holanda.

Cláudia: Houve adaptação nas 10 licenças adquiridas para nossa realidade e a aquisição ocorreu sem licitação. Tenho o estudo preliminar feito junto com a Tecnologia da Informação, justificando a aquisição direta em razão de o *software* só existir na Holanda. Com-

paramos o preço em euros e comprovamos a vantagem no contrato com a empresa AQUA.

Ana Carolina: A empresa atende os Memoriais da Federação das Indústrias e do Sesi em Minas Gerais, além de um grande museu em Porto Alegre. Em breve faremos a inauguração da parte digital no MARGS, que é o museu de Arte do Rio Grande do Sul.

Obrigada!

Claudia Torquato Farias

Servidora do TRT da 24^a Região

Ana Carolina de Siqueira

Colaboradora da empresa AQUA

Raimunda Brito Pedraça²⁷

Rádio Web 14: A voz da cidadania no TRT14



Boa tarde a todos. Farei apresentação de uma experiência do TRT da 14^a Região (Acre e Rondônia), que mostra a necessidade de um perfil criativo e operante para o servidor que atua nos Centros de Memória. Enfrentamos desafios todos os dias, diria até que esta qualidade é uma alternativa à falta de recursos para execução de grandes projetos.

A experiência refere-se a um projeto que iniciou como história oral, onde foram entrevistados magistrados e servidores, ideia fundamentada pelo trabalho da Memória. Na oportunidade conheci muitas pessoas da 14^a Região, composta por dois Estados, Rondônia e Acre, com 32 Varas do Trabalho.

Viajei de ônibus em estradas de chão. São estradas que as pessoas só conhecem as dificuldades se por lá passarem, demonstrando o desafio que é viver na região norte do país.

Foram muitas histórias ouvidas. As pessoas querem muito falar, porque em nossa sociedade não há este lugar de fala e escuta. Acredito ser uma boa ouvinte, porque as pessoas chegam e contam suas histórias. Contudo, não foi possível concluir o documento de registro previsto no projeto. Através do Celso Gomes, servidor da assessoria de comunicação, me foi apresentada uma proposta de fazermos um programa de rádio, produzido por nós da Gestão Documental e apresentado por mim, na nossa rádio “WEB 14: a voz da cidadania”.

²⁷ Servidora pública chefe do Núcleo de Gestão Documental do TRT 14^a Região.

No início fiquei receosa, nunca tinha nem dado entrevista em rádio, mas aceitei e lá fui para o primeiro programa, levando pronto até um áudio: “Histórias e causos, um espaço onde servidores e magistrados revelam as histórias e curiosidades que marcaram a trajetória da Justiça do Trabalho em Rondônia e Acre. Histórias e Causos só aqui na rádio 14, um canal da justiça e da cidadania.”

Rádio é uma coisa apaixonante, tenho vontade de fazer um programa parecido com o que a gente faz em Porto Velho, no qual as pessoas pudessem ir à rádio para contar suas histórias. Isso seria muito interessante!

Quando fui fazer o programa, tomei cuidado de chamar primeiro os servidores, pois se chamarmos os magistrados para falar antes, os servidores ficam envergonhados, porque eles podem entender que naquele espaço só o que vale é a história do outro, e aquele outro que tem um valor social, reconhecido socialmente.

Iniciamos, portanto, com aqueles servidores com papel muito importante dentro do TRT, aquele servidor que trabalhou nas primeiras iniciativas do que seria hoje uma escola judicial, aquela servidora que trabalhou desde o início a Gestão Documental, servidor antigo que iniciou suas atividades em Vara e hoje trabalha em outra unidade, para resgatar essas histórias.

Depois iniciamos as entrevistas com os magistrados.

O curioso é que contamos as mesmas histórias, pois vivemos as mesmas situações. E o trabalho continua, com o intuito de valorizar a todos, criando um sentimento de pertencimento e responsabilidade na construção da 14ª Região, onde cada um é um “tijolinho” dentro daquele edifício, das Varas, e cada um tem a sua importância.

Eu gostaria de ter trazido pequenos espaços do programa com uma historinha de alguém, mas como não foi possível, trouxe fotos de algumas das pessoas entrevistadas, como nossa querida Evelise,

com Oficiais de Justiça, lembrando que estes profissionais possuem muitas histórias para contar na vivência do seu trabalho.

A partir das entrevistas com Oficiais de Justiça, pensei em escrever um livro de crônicas, pois há uma prosa muito interessante no universo do Oficial de Justiça.

A Darci, nossa bibliotecária aposentada há pouco tempo, foi a entrevistada na semana da biblioteca. Quando há data comemorativa, procuro chamar alguém da área para entrevistar e estabelecer essa relação.

Essa outra moça, que tenho no coração, a Elizete, participou dos primeiros trabalhos de capacitação dentro do TRT. Aqui o Manoel, ele veio trabalhar no TRT 14ª Região antes mesmo de sua instalação. Ele contou que foi de ônibus de Porto Velho até Vilhena, levando as placas de inauguração das Varas do Trabalho inauguradas em 1987, além de pintar o prédio. Toda essa memória foi recuperada.

Por fim, ressalto que o programa é uma alternativa para esses momentos de crise. Todos os áudios estão num banco de dados, com histórias e causos, que pretendo disponibilizar no SIABI para dar acesso pela *web*. Assim permanecemos com as histórias, os causos e uma experiência pessoal e profissional muito gratificante, que compartilho com vocês. Eu radialista!

Muito obrigada!

Raimunda Brito Pedraça

Servidora do TRT da 14ª Região

Deusa Costa²⁸ - TRT 11 (Amazonas)

Cinema com Sabor e CEMEJ Itinerante



Boa tarde a todos! Meu nome é Deusa, eu sou do TRT da 11^a Região. Trago experiências que representam o nosso canal com a sociedade para divulgar a existência da Justiça do Trabalho e para defender o valor social que esta Justiça Especializada possui. Experiências que também foram apresentadas na 12^a Primavera de Museus do IBRAM.

Os dois projetos a serem apresentados são: o **CEMEJ Itinerante** e o **Cinema com Sabor**.

Na 11^a Região, o Centro de Memória é dirigido por um Desembargador, um juiz titular e um juiz substituto. O protagonismo é do Desembargador, mas os dois juízes de 1^a instância entram como colaboradores das ações do Centro de Memória.

Nosso Centro de Memória foi criado em 2008, mas instalado em 2010, em virtude de um incêndio ocorrido em 2008.

Quando instalamos o arquivo e o museu, trouxemos para sua concepção equipamento cultural e de multiuso, a fim de trazer a sociedade para dentro da unidade de Memória, ao invés de esperar o usuário e o pesquisador virem até a unidade. Para tanto, voltamos ações relacionadas à questão documental e também para apropriação da cultura local, pois possuímos uma cultura regional riquíssima, como esse país belíssimo todo possui.

²⁸ Servidora do TRT da 11^a Região

Basicamente, nossas ações se concentram em duas vertentes que estão contempladas na resolução de criação da unidade e na difusão cultural.

Para atingirmos tal objetivo, realizamos exposições, visitas escolares, participações em eventos nacionais, lançamento de livros e documentários, dentre outras iniciativas.

Sobre o projeto Cinema com Sabor, que é uma ação educativa, trouxe um *drops* para vocês assistirem. O projeto CEMEJ Itinerante, que também é educativo, conta com a colaboração direta de um dos nossos juízes substitutos, normalmente o Dr. Túlio Macedo Rosa. O projeto leva o juiz para dentro da escola em palestra que divulga as atividades desenvolvidas na sua profissão e na Justiça do Trabalho. Em geral, as palestras são destinadas a estudantes do ensino médio, visto eles se encontram em fase de escolha profissional. Muitos se inspiram com o relato do magistrado. Em 2018, tivemos uma experiência gratificante, pois um aluno procurou o juiz para dizer *“Oh, eu fiz vestibular para Direito e quero dizer que o senhor me inspirou!”*.



Palestras realizadas para estudantes do Ensino Médio estão entre as ações programa “CEMEJ Itinerante”. No detalhe, o juiz Túlio Macedo Rosa conversa com os jovens

No Centro de Memória, praticamos também a educação patrimonial, com ações de estímulo à pesquisa acadêmica. Para tanto, oferecemos oficinas de uso do processo judicial como fonte, realizamos minicursos junto com a faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas, bem como encontros acadêmicos, sempre em eventos nacionais. Também divulgamos nosso acervo em todas as faculdades que possuem os cursos de História e Direito.

Nosso público-alvo são alunos do ensino médio e fundamental, acadêmicos de História, Arquivologia, Direito e áreas afins, além dos terceirizados do TRT 11ª Região.

A Desembargadora Ruth Barbosa Sampaio, diretora do Centro de Memória, encaminhou ofício à Presidência ressaltando a importância de incluir esse projeto nas ações do Centro de Memória, como ação de inclusão, mas também por sua identidade com muitos de nossos usuários. No que se refere ao vínculo com as escolas, admito que não foi fácil. Além da burocracia com requerimentos (ofícios) às autoridades competentes, foi necessário criar outros canais de contato para conseguirmos entrar nas escolas e criar vínculos. Fomos construindo isso aos poucos.



Projeto CEMEJ Itinerante realiza primeira visita a escola de comunidade. Na ocasião, participaram da palestra 51 estudantes e dois professores

Uma das estratégias que nos rendeu bons frutos foi a participação em grupos de trabalho. Eu sou membro do “GT Mundo do Trabalho do Amazonas”, que se vincula à Associação Nacional de História (ANPUH) e as suas seções Regionais, compostas por historiadores sociais do trabalho. Comparo a ANPUH ao nosso Memojutra, pois defende a Memória Nacional.

Sou historiadora e entendo que o historiador social basicamente trabalha movimentos sociais, mundos do trabalho ou algum movimento social muito presente.

Também são importantes contatos informais com grupos categorizados, historiadores, arquivistas, professores, à medida que vão se aproximando realizamos boas trocas, por exemplo: professores que trazem pesquisadores e apresentações de projetos.

A inclusão do Centro de Memória no planejamento estratégico do TRT 11ª Região também é uma estratégia positiva, porque nas reuniões há contato com os gestores de toda instituição.

Nosso Centro de Memória está vinculado ao Tribunal Pleno, o que estabelece um canal interessante e a participação em eventos nacionais. Isso tem nos ajudado muito a compor com outras Instituições museológicas, nas exposições, hoje contamos com uma parceria junto à Universidade Federal do Amazonas.

A Claudia Torquato S. Farias, do TRT da 24ª Região, nos inspirou a realizar exposição de longa duração, a desenvolver a museografia, mesmo com nosso acervo sendo juvenzinho, com documentos recolhidos de 1973 a 2005. A boa notícia é que nosso acervo de segunda instância está preservado na íntegra, desde 1981.

As atividades com a comunidade escolar ocorrem desde 2011, quando recebemos alunos constantemente. E é assim, como aquele barulho que vocês ouviram na visita ao Museu Oscar Niemeyer. É uma alegria, sempre muito bom!

Também vale ressaltar outra ação... O artista plástico renomado Otoni Mesquita, amazonense, conversou com nossos colaboradores terceirizados, explicando o que é e como é se dá a organização de uma exposição. Eles amaram!



Exposição 'Ciclos do El Dorado: instalação e gravuras sobre o processo de colonização da Amazônia', do artista plástico Otoni Mesquita (de camisa amarela). Projeto de iniciativa do CEMEJ11, na semana dos museus, como forma de divulgar e fortalecer a memória do Tribunal Regional do Trabalho de Amazonas²⁹

Além dessa ação, temos as ações do Dr. Tulio Macedo Rosa no CEMEJ itinerante, palestrando para escola. Começamos pela vizinhança, seguindo o princípio cristão de primeiro atingir o próximo, porque se nosso vizinho não nos conhece, torna-se complicado. Então começamos os trabalhos pelo bairro onde o Tribunal está instalado e fizemos uma ação que já criou um vínculo muito bom.

²⁹ Disponível em Internet < <https://portal.trt11.jus.br/index.php/comunicacao/noticias-lista/2414-centro-de-memoria-do-trt11-apresenta-exposicao-ciclos-do-el-dorado-de-otoni-mesquita> >

Essa outra imagem é o Dr. Tulio em outra escola, ele foi direto da audiência, então está de sapato social. Mas ele gosta de ir às escolas de tênis, de jeans e de camiseta, porque isso estabelece uma empatia imediata com os estudantes. É muito legal, ele adora.

Aqui, com o pessoal da maçonaria, que solicitou nossa visita lá. Dá para vir no sábado? Vamos! Dá para ir à noite? Vamos! Nós vamos fazendo as visitas.

Atividades com a comunidade acadêmica. Este é o Benito Bisso Schmidt, que trabalhou no Memorial do TRT da 4ª Região e foi presidente nacional da ANPUH. Fizemos uma oficina com ele, aproveitamos sua passagem por Manaus.

Esse foi um trabalho bem legal. Nós propusemos e o professor aceitou fazer monografias com alunos de uma turma, valendo nota. Propusemos que eles fizessem monografias sobre uma das Varas com acervo mais antigo, que é Itacoatiara. Destes trabalhos, fizemos uma exposição para 11ª Semana Nacional de Museus.

Enfim, vamos avançando nas ações.

Aqui, temos uma ação com o “GT mundo do trabalho”. Este é o Alisson Dropa, do Rio Grande do Sul, também historiador social do trabalho; a professora Patrícia Sampaio, e assim sucessivamente. Este é o professor Nelson, coordenador, com os alunos de história.

Na Semana Nacional de Arquivos nós temos aderido aos eventos nacionais, porque é importante nos unirmos em rede, o vínculo em rede é muito importante.

Gente, vocês precisam ver, quando divulgamos a programação da Semana Nacional da Primavera dos Museus, eles já ficam perguntando: “Tem cinema quando?” Porque nós fazemos uma coisinha toda especial, aquele café colonial que a Neide faz, fazemos uma comidinha diferente para eles e eles amam demais participar.

No projeto Cinema com Sabor, a proposta é desenvolver habilidades de compreender conceitos. O que é muito bom para a comunidade escolar, porque estimula o aprendizado da redação, porque redação é você colocar no papel a sua opinião. Se você não tiver um senso crítico, você tem uma dificuldade muito grande de colocar sua ideia no papel. E discutir também comportamentos de forma lúdica e foi por aí que criamos um vínculo interno no Tribunal com as equipes, porque discutir comportamentos com a chefia, às vezes, é tão complicado, isso é mais conflituoso, dependendo da personalidade de cada um, então fazer isso por meio do Cinema é melhor, é mais leve e isso deu muito certo.

E no CEMEJ itinerante o objetivo é criar vínculo com a comunidade escolar acadêmica e divulgar os serviços prestados pela Justiça do Trabalho, objetivando valorizar seu papel social e estimular sua defesa. Então é importante que a comunidade saiba a relevância da existência da Justiça do Trabalho, para que tenhamos defesa do nosso papel na sociedade e não só no nosso meio, porque aqui, a rigor, somos os principais interessados.

Esta é uma oficina que fizemos neste ano, com os alunos de História. Aqui o pessoal do Cinema com Sabor. Nestes dois últimos anos, fomos várias vezes em escolas, a pedido de um diretor que lotou a sala com 90 meninos para ouvir o Dr. Túlio palestrar.

Fizemos uma experiência muito legal, em uma escola do tipo EJA (Educação de Jovens e Adultos). Nós levamos o filme '7 minutos depois da meia-noite' e estudantes saíram da atividade pedindo a referência do livro que deu origem ao filme. Foi bem legal, eles disseram que não tiveram a oportunidade de ver aquilo antes. Tanto que os diretores pediram e nós voltamos neste ano.

Na mesma escola, pediram-nos para montarmos uma exposição sobre categorias laborais em extinção, de duas historiadoras do 'GT do Mundo do Trabalho'. Nós vamos até lá e conversamos com

os professores, explicamos tudo, porque a exposição permanece no local e os professores podem explorar isso posteriormente, como acharem melhor, de acordo com a disciplina que estão ministrando.

Esta é uma visita escolar do SESC ao Tribunal Pleno. O Presidente faz uma recepção e eles se sentem valorizados. Essa foi nossa manifestação, nos inspiramos no TRT da 19ª Região, que fez um post parecido e colocamos essa frase do Ferreira Goulart: “saio do sono como que de uma batalha travada em algum lugar!” Esse trecho é do poema “Mau despertar”, de Ferreira Goulart.

Mau despertar

*Saio do sono como
de uma batalha
travada em
lugar algum*

*Não sei na madrugada
se estou ferido
se o corpo
tenho
riscado
de hematomas*

*Zonzo lavo
na pia
os olhos donde
ainda escorre
uns restos de treva.*

Trecho do poema “Mau despertado”, de Ferreira Goulart³⁰

³⁰ Disponível em Internet < https://www.pensador.com/frases_de_ferreira_gullar >

Então a gente perdeu ali, com o Museu Nacional, 200 anos de registro, história, memórias, culturas e pesquisas.

Acho que nosso dever é tirar nossos museus e arquivos desse lugar algum, porque ainda parece que a cultura no Brasil ainda está meio “no lugar algum”.

Exposição do filme curta-metragem *La Luna*³¹

Reflexão do filme curta metragem: A escrita está invertida como no espelho, a inversão é a referência, a troca da ordem, ou de disposição. É enxergar o outro e a si mesmo num arranjo diferente. Então o que se discute no curta, pessoas que nos inspiram a achar nosso próprio jeito de fazer o trabalho, de encontrar-se consigo mesmo, criatividade e oxigenação de ideias. E nada no filme, na obra de arte de maneira geral, está posto de maneira aleatória; ele está ali com um propósito porque a linguagem do cinema fala pelo visual.

E a partir dessa questão da inversão da letra que há margem à discussão que a gente pode travar pelo curta.

O espelho é uma metáfora do autoconhecimento, da autocontemplação, da reflexão, da autoimagem, de subjetividade, de consciência, de alma. É a representação da consciência de si mesmo.

Então, no filme, se você vê um personagem se colocando diante do espelho, o diretor colocou de propósito aquilo ali para convidar o personagem a se repensar, se rever, se descobrir. E essa provocação faz a gente pensar, como é que a gente se enxerga, será que a gente está se enxergando corretamente? Será que temos a imagem real do que nós somos? Ouvir críticas é uma boa forma de tentar nos enxergar. E quando amadurecemos, a gente aprende a ouvir críticas;

³¹ *La Luna* é um curta-metragem da Pixar *Animation Studios*, dirigido e escrito por Enrico Casarosa (2012), indicado ao Oscar de Melhor Curta-Metragem de Animação.

quando a gente é mais jovem, resistimos, não aceitamos críticas, somos mais imaturos. Saber ouvir as críticas e se relacionar com elas para crescer é um elemento de maturidade. O reconhecimento e a consciência de si mesmo, do seu 'eu' é um privilégio, que a gente só tem quando está são, consciente.

O bebê, por exemplo, não tem amadurecimento emocional, até determinada fase, ele não se reconhece no espelho. Quando ele se vê no espelho com a mãe, ele se enxerga na mesma conexão com a mãe, ele não se vê diferente. Com os animais também é assim. Já viram que o cachorro late quando colocado na frente do espelho, porque pensa que é outro, porque ele não tem a consciência inteligível que a gente tem.

Quem tem Alzheimer, quem tem amnésia perde essa capacidade da consciência de si. Quem tem disformia corporal também, porque o adoecimento é emocional; aquelas pessoas que tem bulimia, que se enxergam maiores do que são no espelho, também é uma perda da consciência de si, também é uma perda da sua subjetividade.

E apesar de bem curtinho, o filme nos traz várias provocações, não é? De que é preciso encontrar o nosso eu, nosso próprio caminho em conexão com o outro. Como seres sociais, nós compartilhamos de coletivos: família, trabalho, escola etc, ambientes que são carregados de saberes, de valores, de ensinamentos, às vezes, cristalizados. E o novo está aí, para trazer a inovação, mas sem necessariamente jogar o passado fora, essa é a grande questão, a gente trabalha isso muito com o adolescente, porque na adolescência é um período do afastamento natural, que a pessoa se afasta dos pais para se encontrar, então o coletivo privilegiado dele é o grupo de amigos adolescentes. E a gente diz para ele que não precisa romper com o conhecimento, com os valores que a família traz para ser ele mesmo. Ele pode ser ele mesmo carregando coisas do seu passado e se encontrando, fazendo essa mistura bonita como forma de identidade.

O eu-individual não está solto e nem precisa romper com essa herança, pois é muito importante que a gente se conheça como sendo parte desse todo.

Quando sabemos quem somos, conseguimos resolver uma série de pendências como seres sociais que nós somos.

Não sei se vocês lembram-se do livro 100 anos de solidão, uma obra clássica do Gabriel García Márquez. A grande questão do livro é exatamente a perda de memória da América Latina, porque a gente não gosta de se ver no espelho do índio, não gostamos de nos ver em determinados espelhos, não nos reconhecemos em determinados espelhos e isso cria uma dissociação, talvez uma disformia, que nos prejudica, que nos faz querer ser mais que o outro, ser mais o colonizado e não reconhecer o valor do que é ser colonizador, da cultura indígena e de tudo mais.

Conhecer-se é crucial para a saúde emocional, para o convívio social, para encontrar-se no mundo, para ter a nossa identidade.

Conhecer a trajetória da Justiça do Trabalho, saber o seu valor. Estava ouvindo aqui o Dr. Rafael (Lamera Giesta Cabral) falar e, nosa, quanto valor, né? Quanto encantamento, quanta coisa podemos descobrir através dos processos trabalhistas. Cada um de nós tem alguém como referência, que nos inspira. E acredito que nós aqui, no Memojutra, sejamos fonte de inspiração para nossa Instituição, estamos vivendo papel de inspirador e o papel de aprendiz sempre.

E vocês viram, no filme *'La Luna'*, que o trabalho daquela família, toda masculina, era justamente mudar as fases da lua. E o garoto vê ali, no pai e no avô, duas inspirações. Cada um tenta mostrar para ele, que a sua forma de trabalhar, ali limpando as estrelas da lua, é a melhor forma. Eles são respeitosos o suficiente para deixá-lo criar uma solução para o novo desafio que surgiu, porque eles nunca tinham visto uma estrela tão grande cair daquele jeito. Então eles ficam pensando em uma solução e, nesse momento, o garoto tem

uma ideia. O pai e o avô deixam que aquela criança exercite a sua inovação, a sua ideia, a sua criatividade.



Curta metragem 'La Luna', traz a ideia de inovação, de criatividade

E acho que vivemos também para trabalhar esse nosso legado. Fico feliz em ver muita gente nova nessa reunião, em que estão presentes tantos ícones, como o Dr. Ezequiel, a Dra. Sulamir, a Dra. Neide.

Isso tudo é fundamental para nós, para nosso trabalho. Então o espelho, muitas vezes, distorce o que nós somos. Às vezes, nos vemos numa imagem muito positiva, excessivamente positiva, ou excessivamente negativa. O espelho é importante para que a gente se reveja sempre.

Então é isso que levamos no “Cinema com Sabor”. Trabalhamos isso nas escolas e também com os colegas, porque discutimos comportamentos e tudo tem se traduzido numa experiência muito boa!

Obrigada pela atenção!

Deusa Costal

Servidora do TRT da 11ª Região

II Prêmio Memojutra



Edição 2018



Prêmio Memojutra objetiva distinguir e reconhecer a atuação de Instituições, magistrados e servidores públicos em prol do engrandecimento da eficiente Gestão Documental e Preservação da Memória da Justiça Trabalhista, bem como servir de instrumento para identificar e disseminar práticas bem sucedidas que estejam contribuindo para modernização e eficiência dos acervos da Justiça Especializada Laboral.

A solenidade de outorga do prêmio para entrega de medalhas, botão de lapela e certificados aos agraciados infra nominados foi presidida pela recém-empossada Presidente do Memojutra, Dra. Anita Job Lübbe.



Homenagem à juíza agraciada Maria Cristina Caixeta. Na foto, a juíza está ao lado da Dra. Denise Marsico do Couto (à esquerda) e da Dra. Anita Job Lübbe (à direita). Entrega da medalha foi feita pelo Desembargador Cassio Colombo



Detalhe da medalha e do pin entregues aos agraciados pelo Prêmio Memojutra

Relação dos premiados

Edição 2018



TRT da 2ª Região (São Paulo)

Categoria "Instituição"



TRT da 9ª Região (Paraná)

Categoria "Instituição"



Maria Cristina Caixeta

Juíza do TRT 3ª Região (Minas Gerais)

Categoria "Pessoa Física"



Márcio Dionisio Gapski

Desembargador aposentado do TRT9 (Paraná)

Categoria "Pessoa Física"



Edvânia Kátia Sousa Silva

servidora do TRT 16ª Região (Maranhão)

Categoria "Pessoa Física"

Carta de Curitiba



IX Encontro Nacional da Memória



s participantes do IX Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho, em Reunião do Memojutra ocorrida em Curitiba-PR, no dia 27 de setembro de 2018, proclamam e homologam o resultado do processo eleitoral para o biênio 2018-2020, ratificam as Resoluções de seus encontros anteriores e aprovam outras, a seguir elencadas:

- 1)** Elaborar proposição de diretrizes para padronização dos procedimentos em relação aos processos físicos que estão sendo parcialmente digitalizados, situação transitória que a Justiça do Trabalho atravessa em face do PJe, com o escopo de não perder a totalidade das informações de um determinado documento;
- 2)** Valorização das atividades e da força de trabalho nas unidades de Memória e de Gestão Documental, com o fim de sugerir sua inclusão na tabela da Resolução n. 63 do CSJT, que versa sobre a padronização da estrutura dos Órgãos da Justiça do Trabalho;
- 3)** Apoiar e fomentar os Tribunais Regionais do Trabalho a buscarem soluções, respeitadas suas respectivas peculiaridades, no sentido de viabilizar a implementação de repositório digital confiável de seus documentos eletrônicos, preferencialmente com *software* livre;
- 4)** Multiplicar informação, em todos os Tribunais Regionais do Trabalho, para magistrados e servidores, sobre uso do selo histórico em todas as instâncias, em especial a partir da versão atualizada do PJe que permitirá a aposição do selo eletrônico;

- 5) Apoiar e fomentar a pesquisa e os convênios com universidades e entidades de ensino, bem como as Escolas Judiciais e com as Comissões Nacionais de Memória, para acesso ao acervo da Justiça do Trabalho;
- 6) Renovar o compromisso já assumido em Cartas anteriores de que as unidades de Memória e de Gestão Documental sejam incluídas nos orçamentos dos Tribunais Regionais do Trabalho, com rubrica específica;
- 7) Conclamar todos os magistrados e servidores a se transformarem em multiplicadores da guarda e preservação da Memória da Justiça do Trabalho;
- 8) Sugerir à Corregedoria-Geral a inclusão do procedimento de aposição do selo eletrônico no PJe no manual eletrônico (WikiVT) da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Curitiba, 27 de setembro de 2018.

Anita Job Lübbel

Presidente do Memojutra
Gestão 2018-2020

Anexos



Mesa da Solenidade de Abertura: da esquerda para direita, Juíza Denise Marsico do Couto; Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, Desembargador Cassio Colombo Filho e Doutor Gláucio Araújo de Oliveira



Discurso de Abertura: Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão



Discurso de Abertura: Juíza Denise Marsico do Couto



Autoridades e membros do Memojutra no público da solenidade de abertura



Discurso de Abertura: Desembargador Cassio Colombo Filho



Apresentação cultural na abertura do IX Encontro Nacional da Justiça do Trabalho



Entrega do livro do conferencista para o Desembargador Cassio Colombo Filho



Autoridades e membros do Memojutra no público da conferência de abertura



Equipe da Divisão de Gestão Documental, Arquivo e Memória do TRT paranaense



Condução da eleição para nova gestão do Memojutra: Presidente Denise Marsico do Couto (Gestão 2017-18) e Comissão eleitoral (Servidoras Ana Rosa de Sá Barreto e Neide Spindola)



Denise Marsico do Couto (Presidente do Memojutra - Gestão 2017-18), Des. Cassio Colombo Filho (Vice-Presidente - Gestão 2018-20) e Dra. Anita Job Lübbe (Presidente - Gestão 2018-20)



Membros do Memojutra em reunião no auditório da Escola Judicial do TRT do Paraná



*Apresentação do SIABI pelo palestrante
Marlon Saraiva Maia da Silva*



*Apresentação de Boas Práticas no TRT24
pela servidora Cláudia Scorsafava Farias*



*Apresentação de Boas Práticas do TRT14
pela servidora Raimunda Brito Pedraça*



*Apresentação de Boas Práticas no TRT24
por Ana Siqueira (da empresa AQUA)*



*Apresentação de Boas Práticas do TRT11
pela servidora Deusa Costa*



*Lançamento dos Anais do VIII Memojutra,
realizado pelo TRT 24ª Região em 2016*



Reunião do Memojutra: Desembargador Cassio Colombo Filho



Reunião do Memojutra: servidor Maurício Oliveira Agliardi e Dra. Anita Job Lübbe



Palestra no Museu Oscar Niemeyer - Gabriela Bettega e Richard Romanini



Palestra no Museu Oscar Niemeyer - Gabriela Bettega e Richard Romanini



Público da palestra "Expografia das exposições Ásia e Luz - Matéria" no MON



Palestra da Mestre Neide De Sordi



Entrega do "Catálogo Seletivo de Autos Judiciais" à palestrante Neide de Sordi



Palestra da Juíza Denise Marsico do Couto e do servidor Aluysio Gomes Simões



Palestra do Professor Doutor Ricardo Medeiros Pimenta



Palestra do Professor Doutor Rafael Lamera Giesta Cabral



Justiça do Trabalho do Paraná

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528

CEP: 80.430-180 - Centro - Curitiba

www.trt9.jus.br